



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA
Rua Dr. Chico Teixeira, 115 - Centro - CEP: 57760-000 - Chã Preta/AL
CNPJ: 12.334.629/0001-57

EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0813005.2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 07/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E INSTRUMENTAIS ODONTOLÓGICOS.

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2024

PROCESSO Nº 0813005.2024

Razão Social: _____

Nome Fantasia: _____ CNPJ Nº: _____

Endereço: _____

Fone(s): _____ E-mail: _____

Contato: _____ Celular(es) contato: _____

Recebemos, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada, bem como seus respectivos anexos.

Local e data: _____, _____ de _____ de _____.

Assinatura

Senhor Licitante,

Caso este Edital tenha sido adquirido por meio eletrônico, solicito a V. S^a preencher o recibo de entrega acima e remetê-lo à Comissão de Contratação da Prefeitura Municipal de Chã Preta, através do e-mail cplchapreta@gmail.com.

A não remessa de recibo exige a Comissão da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

VALQUÍRIA LIMA DA SILVA
Agente de contratação/Pregoeira



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA
Rua Dr. Chico Teixeira, 115 - Centro - CEP: 57760-000 - Chã Preta/AL
CNPJ: 12.334.629/0001-57

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2024
(Processo Administrativo nº 0813005.2024)

O **MUNICÍPIO DE CHÃ PRETA**, por intermédio da sua Comissão Contratação, designada pelo Exmo. Sr. Prefeito, instituída pela Portaria nº 0503-002/2024, do dia 05 de março de 2024, torna público para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do TIPO **MENOR PREÇO**, sob o CRITÉRIO DE EMPREITADA POR **PREÇO UNITÁRIO**, modo de disputa ABERTO, visando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E INSTRUMENTAIS ODONTOLÓGICOS**, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, obedecendo rigorosamente aos termos, especificações, instruções e condições contidas neste Edital e seus Anexos, obedecendo as determinações **estabelecidas no Termo de Referência**, nos termos da **Lei 14.133/2021**, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar 123/2006, de 14 de dezembro de 2006 e demais legislação aplicável e, ainda, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

DATA DA SESSÃO: 27/11/2024

HORÁRIO: 09h30min – HORÁRIO DE BRASÍLIA

LOCAL: PORTAL BNC – <https://bnc.org.br/>

1. DO OBJETO.

- 1.1. O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E INSTRUMENTAIS ODONTOLÓGICOS**, conforme condições, quantidades, exigências e especificações discriminadas no Termo de Referência e demais documentos anexos a este Edital.
- 1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 1.3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO UNITÁRIO**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

- 2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento para o exercício de **2024**, na classificação abaixo:
- 14.0006.10.301.0004.6002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - ASPS
- 14.0020.10.301.0004.6004 - MANUTENÇÃO DO INCENTIVO PARA AÇÕES ESTRATÉGICAS
- 14.0020.10.301.0004.6005 - MANUTENÇÃO DO INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - CAPACITAÇÃO PONDERADA
- 14.0007.10.301.0004.6013 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES PRÓ SAÚDE - COM RECURSOS ORIUNDOS DO ESTADO
- 14.0020.10.301.0004.5003 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PARA UNIDADES DE SAÚDE



3390300000/150000000 - MATERIAL DE CONSUMO

4490520000/150000000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

3. DO CREDENCIAMENTO.

3.1. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seus representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida pelo telefone: Curitiba – PR (42) 3026 4550, ou através da BNC – Bolsa Nacional de Compras ou pelo e-mail contato@bnc.org.br.

3.5. TODOS OS ITENS SÃO EXCLUSIVOS PARA MEI / ME / EPP, conforme Lei 123/2006, EXCETO OS ITENS 228 e 236.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2017, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14º da Lei nº 14.133, de 2021;

4.2.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.3. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações, bem como apresenta-las com os documentos habilitatórios devidamente assinadas pelo representante legal:

4.3.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts.42 a 49.

4.3.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a



assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame.

4.3.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.3.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.

4.3.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias.

4.3.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

4.3.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 18 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII. Da Constituição.

4.3.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.3.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

4.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando então, encerrar-se automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. As microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, inciso 1º da LC nº 123, de 2006.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.



6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total do item;

6.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento.

6.4. Os preços ofertados. Tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas da regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento de lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

- A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.
- Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item:
- Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA
Rua Dr. Chico Teixeira, 115 - Centro - CEP: 57760-000 - Chã Preta/AL
CNPJ: 12.334.629/0001-57

- O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um) por cento.
- O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
 - Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
 - Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

- A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA
Rua Dr. Chico Teixeira, 115 - Centro - CEP: 57760-000 - Chã Preta/AL
CNPJ: 12.334.629/0001-57

menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

- Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 0, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

- Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA
Rua Dr. Chico Teixeira, 115 - Centro - CEP: 57760-000 - Chã Preta/AL
CNPJ: 12.334.629/0001-57

- Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

- Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão - preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- empresas brasileiras;
- empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a Pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.



- Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.
- A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- A Pregoeira solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados
- É facultado aa Pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.1 FASE DE JULGAMENTO

Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela
 - Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
 - Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
- A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
 - O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
 - Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.



- Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a Pregoeira verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este edital.
- Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

- Será desclassificada a proposta vencedora que:

- conter vícios insanáveis;
- não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência da Pregoeira, que comprove:

- que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta.

A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

- O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- **Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.**



Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto. Caso o Termo de Referência exija a apresentação da amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pela Pregoeira, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), a Pregoeira analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

.Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 – TCU – Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

É facultado à Pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes do fim do prazo.

Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira, destacam-se os que contenham as



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA
Rua Dr. Chico Teixeira, 115 - Centro - CEP: 57760-000 - Chã Preta/AL
CNPJ: 12.334.629/0001-57

características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela Pregoeira, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

A Pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Pregoeira passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a Pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação da Pregoeira no sistema eletrônico e deverá:

- I. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- II. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- III. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- IV. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
- V. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.
- VI. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- VII. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objetivo deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- VIII. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de



outro licitante.

IX. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

9. DA HABILITAÇÃO.

Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no BNC.

Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio eletrônico, desde que se possível comprovar sua veracidade.

Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

A habilitação será verificada por meio do BNC, nos documentos por ele abrangidos.

Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).



É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no BNC e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, *parágrafo único*).

A verificação pela Pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no BNC serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, podendo ser prorrogável, a critério da administração, desde que antes de findo o prazo inicial e mediante solicitação escrita e justificada do licitante.

Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

A verificação no BNC ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (*Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º*):

- complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.



A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

Ressalvado o disposto no item 7.9, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

Habilitação Jurídica:

No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País.

Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Regularidade Fiscal e Trabalhista:

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade de FGTS – CRF).

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.



Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
Certidão de regularidade trabalhista (CNDT).

Qualificação econômico-Financeira:

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

As empresas criadas no exercício financeiro da dispensa deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

Comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor ofertado pela licitante, a qual será exigida somente no caso de a licitante apresentar resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral.

Qualificação Técnica

Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado (s) fornecido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

A contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade previstas no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, no que couber;

O Licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das condições contábeis do último exercício.

Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste edital.

Na hipótese de o licitante não atender às exigências para a habilitação, o órgão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o licitante será **habilitado**.

Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor - quando da homologação por parte do chefe do executivo, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

Não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes



remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para habilitação do licitante nos remanescentes.

10. DOS RECURSOS.

A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
 - o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
 - na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



- Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

11 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - deixar de apresentar amostra, quando for o caso;
 - apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
 - fraudar a licitação
 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- Com fulcro na Portaria CNMP-SG nº 153/2023 e na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - advertência;
 - multa, a ser recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial, nas hipóteses previstas nos itens 16 – Das Sanções



Administrativas e 17 – Tabela de Penalidades, ambas do Termo de Referência – anexo I do edital.

- impedimento de licitar e contratar e
- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- Na aplicação das sanções serão considerados:
 - a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - as peculiaridades do caso concreto
 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 0, 0 e 0, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 0, 0, 0, 0 e 0, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 0, 0 e 0 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

- Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



- A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: cplchapreta@gmail.com
- As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, pela autoridade competente, caso não haja interposição de recurso, ou após a regular decisão dos recursos apresentados.
- Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

A sessão pública poderá ser reaberta:

Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

15 - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

16 - DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

Não haverá exigência de garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação.

17 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio



eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(es), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

18 - DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE.

Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições no artigo 95, da Lei nº 14.133, de 2021.

A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos.

A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos na mesma Lei.

O prazo de vigência da contratação é de 12 meses prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

A Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.



19 - DO REAJUSTAMENTO

O contrato a ser firmado deverá ser reajustado a cada 12 (doze) meses desde a data prevista para apresentação da proposta até a data do adimplemento de cada parcela, adotando-se, para tanto, a variação positiva do índice IGP-M/FGV, ou, na sua falta, pelo índice da inflação do período, medido pela Fundação Getúlio Vargas ou outro ajustado em comum acordo entre as partes.

A ARP é irrevogável, podendo seus preços serem reequilibrados em consonância com o disposto na legislação vigente à época da solicitação, sendo efetivado através de apostilamento.

20 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.

Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

21 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

22 - DO PAGAMENTO.

As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

23 - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.

Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

No julgamento das propostas e da habilitação, a Pregoeira poderá sanar os erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança de contratação.

Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico cplchapreta@gmail.com, e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Sala de Licitações, na Rua Aureliano Teixeira, s/n – CHÃ PRETA/AL, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 13:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

24 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

Para fins de aplicação das sanções administrativas previstas no item 9 do presente edital, o lance é considerado proposta.

Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

Caberá à contratada, independente de declaração expressa, cientificar-se e submeter-se, no que couber, ao disposto no CÓDIGO DE ÉTICA DO CNMP, estabelecido pela Portaria CNMP-PRESI Nº 44, de 9 de abril de 2018.

O CNMP não é unidade cadastradora do BNC, apenas realiza consulta junto ao mesmo.

Os casos omissos, bem como as dúvidas suscitadas, serão dirimidos pelo Pregoeiro, por meio do e-mail cplchapreta@gmail.com

O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço sítio eletrônico do CNMP.

É eleito o Foro de Viçosa/AL para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme Lei 14.133.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA
Rua Dr. Chico Teixeira, 115 - Centro - CEP: 57760-000 - Chã Preta/AL
CNPJ: 12.334.629/0001-57

25 – ANEXOS AO EDITAL

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos.

- ANEXO I – Termo de Referência.
- ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços, se for o caso.
- ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato (quando for o caso).
- ANEXO IV – Modelo de Proposta.
- ANEXO V – Modelo de Autorização de Fornecimento.

Chã Preta /AL, 11 de novembro de 2024.

VALQUÍRIA LIMA DA SILVA
Agente de contratação/Pregoeira



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem como objeto, o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E INSTRUMENTAIS ODONTOLÓGICOS**, com a finalidade de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do município de Chã Preta – AL, pela modalidade de licitação **PREGÃO em sua forma ELETRÔNICA**, de acordo com as normas da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

2.1. O Estudo Técnico Preliminar (ETP) é a fase na qual serão realizadas pesquisas, análises e estudos, a fim de definir qual contratação é a mais vantajosa ao Tribunal, levando em conta os critérios financeiro, operacional e gerencial. Ele é importante para analisar e justificar a escolha da solução. Trata-se da etapa anterior à elaboração do Termo de Referência (TR).

2.2. O artigo 6º, inciso XX, da NLLC conceitua o ETP como sendo o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

2.3. O artigo 18 da NLLC fundamenta a obrigatoriedade da elaboração do ETP caracterizando o interesse público envolvido. Importante destacar que cabe ao ETP evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, sob a perspectiva do interesse público.

2.4. Importante frisar que compete à Coordenadoria de Compras e Licitações definir a modalidade que será utilizada para atendimento da demanda e, caso evidenciada a impossibilidade de cabimento da dispensa em razão de valor, nos termos do artigo 75, incisos I e II da Lei 14.133/2021, diante da constatação de que o somatório das despesas executadas com objetos de mesma natureza, no exercício financeiro em curso, extrapolam os limites estabelecidos, o processo será devolvido à unidade requisitante para elaboração do Estudo Técnico Preliminar, com vistas à realização do pregão.

2.5. Diante do exposto, o presente Termo de Referência toma como base de informações, aquelas contidas no Estudo Técnico Preliminar apresentado.

3. FINALIDADE

3.1. Dar subsídios para permitir o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E INSTRUMENTAIS ODONTOLÓGICOS**, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do município de Chã Preta – AL.

4. JUSTIFICATIVA

4.1. Justifica-se a aquisição de materiais de consumo e instrumentais odontológicos por serem itens indispensáveis para a manutenção e melhoria dos serviços de saúde bucal no município, pois permite o adequado funcionamento das unidades de saúde e o atendimento seguro e eficaz aos usuários. A disponibilidade contínua desses insumos assegura que os profissionais de saúde bucal possam realizar procedimentos essenciais sem interrupções, minimizando riscos e promovendo a saúde da população.



4.2. A obtenção desses materiais busca atender à demanda das unidades de saúde de forma eficiente e adequada, garantindo que o atendimento seja prestado com segurança e em conformidade com os padrões estabelecidos.

4.3. O planejamento da pretendida aquisição foi realizado com base em uma análise das necessidades da Secretaria de Saúde, visando assegurar o atendimento contínuo e o suporte adequado às atividades de saúde bucal. A definição do quantitativo dos itens foi embasada em estimativas de consumos anteriores e visando o aumento de futuras demandas.

4.5. Justifica-se o parcelamento, tendo em vista o objeto ser divisível e não haver prejuízo para o conjunto a ser licitado, nos termos do art. 47, inciso II, da Lei 14.133/2021.

5. DO OBJETO, QUANTITATIVO E ESPECIFICAÇÕES

5.1. Esta licitação tem por objeto formalização de Ata de Registro de Preços para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E INSTRUMENTAIS ODONTOLÓGICOS**, destinado à Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades e especificações constantes neste Termo de Referência conforme tabela de especificação e quantitativo dos produtos, que segue abaixo:

ITEM	OBJETO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	ESTIMADO UNITÁRIO	ESTIMADO GLOBAL
1	Luva de procedimento XP	Luva de procedimento XP	Caixas	500	R\$ 24,143	R\$ 12.071,500
2	Luva de procedimento P	Luva de procedimento P	Caixas	500	R\$ 24,915	R\$ 12.457,500
3	Luva de procedimento M	Luva de procedimento M	Caixas	300	R\$ 25,572	R\$ 7.671,600
4	Luva Cirúrgica Estéril 7.0	Luva Cirúrgica Estéril 7.0	Unidades	300	R\$ 2,185	R\$ 655,500
5	Luva Cirúrgica Estéril 8.0	Luva Cirúrgica Estéril 8.0	Unidades	300	R\$ 2,219	R\$ 665,700
6	Gorro Descartável (pacote com 100 unidades)	Gorro Descartável (pacote com 100 unidades)	Pacotes	100	R\$ 14,054	R\$ 1.405,400
7	Toucas Descartáveis TNT para cabelos Afro e Volumosos 80x 80cm (pacote com 100 unidades)	Toucas Descartáveis TNT para cabelos Afro e Volumosos 80x 80cm (pacote com 100 unidades)	Pacotes	20	R\$ 63,910	R\$ 1.278,200
8	Máscara tripla descartável com elástico (caixa com 50 unidades)	Máscara tripla descartável com elástico (caixa com 50 unidades)	Caixas	500	R\$ 13,946	R\$ 6.973,000



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA
Rua Dr. Chico Teixeira, 115 - Centro - CEP: 57760-000 - Chã Preta/AL
CNPJ: 12.334.629/0001-57

9	Respirador N95 ou PFF2 sem válvula	Respirador N95 ou PFF2 sem válvula	Unidades	400	R\$ 3,925	R\$ 1.570,000
10	Avental Descartável Manga Longa com elástico (TNT gramatura 40) - pacotes com 10 unidades.	Avental Descartável Manga Longa com elástico (TNT gramatura 40) - pacotes com 10 unidades.	Pacotes	1.500	R\$ 43,230	R\$ 64.845,000
11	Álcool Etílico 70%-Frasco de 1L	Álcool Etílico 70%-Frasco de 1L	Unidades	1.200	R\$ 8,131	R\$ 9.757,200
12	Papel Grau Cirúrgico (200 mm x 100m) - Rolos	Papel Grau Cirúrgico (200 mm x 100m) - Rolos	Unidades	150	R\$ 102,253	R\$ 15.337,950
13	Papel Grau Cirúrgico (150 mm x 100m) - Rolos	Papel Grau Cirúrgico (150 mm x 100m) - Rolos	Unidades	150	R\$ 74,434	R\$ 11.165,100
14	Papel Grau Cirúrgico (300 mm x 100m) - Rolos	Papel Grau Cirúrgico (300 mm x 100m) - Rolos	Unidades	150	R\$ 133,788	R\$ 20.068,200
15	Água Destilada (Embalagem de 5L)	Água Destilada (Embalagem de 5L)	Unidades	100	R\$ 15,380	R\$ 1.538,000
16	Fita Para Autoclave (19mm x 30m)	Fita Para Autoclave (19mm x 30m)	Unidades	70	R\$ 4,847	R\$ 339,290
17	Fita Adesiva Hospitalar (16mm x 50m)	Fita Adesiva Hospitalar (16mm x 50m)	Unidades	200	R\$ 6,683	R\$ 1.336,600
18	Compressa de Gaze Estéril (7,5 x 7,5cm) 13 Fios (pacote com 10 unidades)	Compressa de Gaze Estéril (7,5 x 7,5cm) 13 Fios (pacote com 10 unidades)	Pacotes	7.000	R\$ 1,741	R\$ 12.187,000
19	Abaixador de língua (pacote com 100 unidades)	Abaixador de língua (pacote com 100 unidades)	Pacotes	200	R\$ 8,855	R\$ 1.771,000
20	Lâmina de Bisturi 15C (Aço Carbono, estéril com 100 unidades)	Lâmina de Bisturi 15C (Aço Carbono, estéril com 100 unidades)	Caixas	100	R\$ 44,846	R\$ 4.484,600
21	Lâmina de Bisturi 15 (Aço Carbono, estéril com 100 unidades)	Lâmina de Bisturi 15 (Aço Carbono, estéril com 100 unidades)	Caixas	100	R\$ 42,795	R\$ 4.279,500



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA
Rua Dr. Chico Teixeira, 115 - Centro - CEP: 57760-000 - Chã Preta/AL
CNPJ: 12.334.629/0001-57

	unidades)					
22	Vaselina Sólida (Pote com 35g)	Vaselina Sólida (Pote com 35g)	Potes	50	R\$ 6,333	R\$ 316,650
23	Digluconato de Clorexidina 2% solução degermante (frasco com 1000ml)	Digluconato de Clorexidina 2% solução degermante (frasco com 1000ml)	Frascos	50	R\$ 21,800	R\$ 1.090,000
24	Clorexidina 0,12% antisséptico bucal (frasco de 1000 ml)	Clorexidina 0,12% antisséptico bucal (frasco de 1000 ml)	Frascos	100	R\$ 32,719	R\$ 3.271,900
25	Água oxigenada – Peróxido de Hidrogênio 10 volumes (frasco com 1000ml)	Água oxigenada – Peróxido de Hidrogênio 10 volumes (frasco com 1000ml)	Frascos	10	R\$ 7,221	R\$ 72,210
26	Detergente Enzimático (frasco com 1000 ml)	Detergente Enzimático (frasco com 1000 ml)	Frascos	100	R\$ 24,323	R\$ 2.432,300
27	Desinfetante Hospitalar (frasco com 5 L) à base de quaternário de amônio de 5ª geração com biguanida (PHMB).	Desinfetante Hospitalar (frasco com 5 L) à base de quaternário de amônio de 5ª geração com biguanida (PHMB).	Frascos	50	R\$ 62,392	R\$ 3.119,600
28	Óculos de Proteção (lente antiembaçante)	Óculos de Proteção (lente antiembaçante)	Unidades	100	R\$ 7,283	R\$ 728,300
29	Protetor Facial de Segurança constituído de coroa e carneira de plástico, com regulagem de tamanho através de catraca ou ajuste simples	Protetor Facial de Segurança constituído de coroa e carneira de plástico, com regulagem de tamanho através de catraca ou ajuste simples	Unidades	100	R\$ 23,992	R\$ 2.399,200
30	Clorexidina a 2% antisséptico tópico (frasco com 1000ml)	Clorexidina a 2% antisséptico tópico (frasco com 1000ml)	Frascos	70	R\$ 22,400	R\$ 1.568,000



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA
Rua Dr. Chico Teixeira, 115 - Centro - CEP: 57760-000 - Chã Preta/AL
CNPJ: 12.334.629/0001-57

31	Almotolia Plástica Hospitalar Bico Curvo translúcida de 1000ml	Almotolia Plástica Hospitalar Bico Curvo translúcida de 1000ml	Unidades	50	R\$ 9,300	R\$ 465,000
32	Frasco Borrifador de 1000 ml	Frasco Borrifador de 1000 ml	Unidades	50	R\$ 13,252	R\$ 662,600
33	Sugador de saliva descartável transparente 40 unidades	Sugador de saliva descartável transparente	Pacotes	500	R\$ 8,630	R\$ 4.315,000
34	Sugador Cirúrgico Descartável Estéril – caixa com 40 unidades	Sugador Cirúrgico Descartável Estéril – caixa com 40 unidades	Caixas	100	R\$ 53,687	R\$ 5.368,700
35	Fio de sutura agulhado Nylon 4-0 - 24env	Fio de sutura agulhado Nylon 4-0 - Fio Nylon 4-0 Para Sutura 45Cm Com Agulha 3/8 30Mm Fio Cirúrgico Monofilamentar 4-0, 45Cm De Fio, Preto, Esterelizado, Não Absorvível, Registro Na Anvisa, Com Agulha 3/8 30Mm, Cx C/24 Env	Caixas	100	R\$ 30,549	R\$ 3.054,900
36	Fio de sutura agulhado Nylon 5-0 - 24env	Fio de sutura agulhado Nylon 5-0 - Fio, Para Sutura, Em Nylon Monofilamentar N. 5-0, Fio Com 45Cm De Comprimento, Agulha De 2,0Cm E 3/8 De Circulo, Cortante, Cuticular. Caixa C/ 24 Unidades.	Caixas	50	R\$ 37,450	R\$ 1.872,500
37	Agulha odontológica curta 30G - Caixa com 100unid	Agulha odontológica curta 30G	Caixas	100	R\$ 38,437	R\$ 3.843,700
38	Agulha odontológica longa 27G - Caixa com	Agulha odontológica longa 27G	Caixas	100	R\$ 38,643	R\$ 3.864,300



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA
Rua Dr. Chico Teixeira, 115 - Centro - CEP: 57760-000 - Chã Preta/AL
CNPJ: 12.334.629/0001-57

	100 u					
39	Algodão em Roletes - Pacote com 100 unidades	Algodão em Roletes	Pacotes	1.500	R\$ 2,741	R\$ 4.111,500
40	Microbrush Aplicador -100 uni	Microbrush Aplicador	Potes	500	R\$ 12,184	R\$ 6.092,000
41	Babador Odontológico Descartável Impermeável – com 100 unidades	Babador Odontológico Descartável Impermeável – com 100 unidades	Pacotes	1.000	R\$ 15,598	R\$ 15.598,000
42	Prendedor de Babador Jacaré	Prendedor de Babador Jacaré	Unidades	20	R\$ 5,690	R\$ 113,800
43	Ficha plástica para Rx 2 furos - Pacote com 100	Ficha plástica para Rx 2 furos	Unidades	200	R\$ 12,303	R\$ 2.460,600
44	Escovas de dente macias infantil com protetor de cerdas	Escovas de dente macias infantil com protetor de cerdas	Unidades	7.000	R\$ 0,770	R\$ 5.390,000
45	Escovas de dente macias adulto com protetor de cerdas	Escovas de dente macias adulto com protetor de cerdas	Unidades	7.000	R\$ 0,813	R\$ 5.691,000
46	Fio Dental (500 m)	Fio Dental (500 m)	Unidades	20	R\$ 12,218	R\$ 244,360
47	Fio Dental (100 m)	Fio Dental (100 m)	Unidades	5.000	R\$ 3,597	R\$ 17.985,000
48	Anestésico Tópico (benzocaína) com sabor - 12g	Anestésico Tópico (benzocaína) com sabor	Unidades	500	R\$ 13,944	R\$ 6.972,000
49	Hastes Flexíveis - 75 unid	Hastes Flexíveis	Caixas	300	R\$ 2,009	R\$ 602,700
50	Fluoreto de Sódio em Pó (sachê de 2g)	Fluoreto de Sódio em Pó (sachê de 2g)	Unidades	1.000	R\$ 3,246	R\$ 3.246,000
51	Fluoreto de Sódio Gel Acidulado (concentração de 1,23% PPM) - 200 ml	Fluoreto de Sódio Gel Acidulado (concentração de 1,23% PPM)	Frascos	100	R\$ 7,464	R\$ 746,400
52	Fluoreto de Sódio Gel Neutro - 200ml	Fluoreto de Sódio Gel Neutro	Frascos	100	R\$ 8,739	R\$ 873,900
53	Verniz com 6%	Verniz com 6%	Frascos	20	R\$ 30,168	R\$ 603,360



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA
Rua Dr. Chico Teixeira, 115 - Centro - CEP: 57760-000 - Chã Preta/AL
CNPJ: 12.334.629/0001-57

	Fluoreto de Sódio e 6% de Fluoreto de Cálcio. - 10ml	Fluoreto de Sódio e 6% de Fluoreto de Cálcio.				
54	Dessensibilizante com Nitrato de Potássio e Cloreto de Estrôncio - 10g	Dessensibilizante com Nitrato de Potássio e Cloreto de Estrôncio	Frascos	100	R\$ 54,347	R\$ 5.434,700
55	Cariostático com Diamino Fluoreto de Prata - 10ml	Cariostático com Diamino Fluoreto de Prata	Frascos	20	R\$ 19,759	R\$ 395,180
56	Lidocaína com Epinefrina 1:100.000 (anestésico local injetável, tubete de vidro para carpule). - Caixa com 50 tubetes de 1,8ml	Lidocaína com Epinefrina 1:100.000 (anestésico local injetável, tubete de vidro para carpule).	Caixas	200	R\$ 120,801	R\$ 24.160,200
57	Cloridrato de Prilocaína 3% com Felipressina (anestésico local injetável, tubete de vidro para carpule).- Caixa com 50 tubetes de 1,8ml	Cloridrato de Prilocaína 3% com Felipressina (anestésico local injetável, tubete de vidro para carpule).	Caixas	100	R\$ 192,616	R\$ 19.261,600
58	Mepivacaína 3% sem vasoconstrictor (anestésico local injetável, tubete de vidro para carpule). - Caixa com 50 tubetes de 1,8ml	Mepivacaína 3% sem vasoconstrictor (anestésico local injetável, tubete de vidro para carpule).	Caixas	50	R\$ 152,930	R\$ 7.646,500
59	Articaína 4% com Epinefrina 1:100.00 (anestésico local injetável, tubete de vidro para carpule).- Caixa com 50 tubetes de	Articaína 4% com Epinefrina 1:100.00 (anestésico local injetável, tubete de vidro para carpule).	Caixas	100	R\$ 201,175	R\$ 20.117,500



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA
Rua Dr. Chico Teixeira, 115 - Centro - CEP: 57760-000 - Chã Preta/AL
CNPJ: 12.334.629/0001-57

	1,8ml					
60	Ácido fosfórico a 37% em gel c/ 3 x 2,5ml	Ácido fosfórico a 37% em gel c/ 3 x 2,5ml	Pacotes	500	R\$ 6,291	R\$ 3.145,500
61	Barreira Gengival Fotopolimerizável - 1 Seringa Com 2G 3 Bicos Aplicadores	Barreira Gengival Fotopolimerizável	Unidades	20	R\$ 7,724	R\$ 154,480
62	Sistema Adesivo para dentina e esmalte com, no mínimo, 4ml	Sistema Adesivo para dentina e esmalte com, no mínimo, 4ml	Frascos	100	R\$ 54,708	R\$ 5.470,800
63	Resina Universal Fotopolimerizável micropartículas, cor A1 - 4g	Resina Universal Fotopolimerizável micropartículas, cor A1	Unidades	20	R\$ 43,025	R\$ 860,500
64	Resina Universal Fotopolimerizável micropartículas, cor A2 - 4g	Resina Universal Fotopolimerizável micropartículas, cor A2	Unidades	100	R\$ 42,157	R\$ 4.215,700
65	Resina Universal Fotopolimerizável micropartículas, cor A3 - 4g	Resina Universal Fotopolimerizável micropartículas, cor A3	Unidades	100	R\$ 46,487	R\$ 4.648,700
66	Resina Universal Fotopolimerizável micropartículas, cor A4 - 4g	Resina Universal Fotopolimerizável micropartículas, cor A4	Unidades	12	R\$ 46,300	R\$ 555,600
67	Resina Universal Fotopolimerizável micropartículas, cor B1 - 4g	Resina Universal Fotopolimerizável micropartículas, cor B1	Unidades	12	R\$ 46,955	R\$ 563,460
68	Resina Universal Fotopolimerizável micropartículas, cor B2 - 4g	Resina Universal Fotopolimerizável micropartículas, cor B2	Unidades	20	R\$ 44,451	R\$ 889,020
69	Resina Universal Fotopolimerizável micropartículas, cor C1 - 4g	Resina Universal Fotopolimerizável micropartículas, cor C1	Unidades	12	R\$ 56,950	R\$ 683,400
70	Resina Universal	Resina Universal	Unidades	50	R\$ 39,896	R\$



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA
Rua Dr. Chico Teixeira, 115 - Centro - CEP: 57760-000 - Chã Preta/AL
CNPJ: 12.334.629/0001-57

	Fotopolimerizável micropartículas, cor C2 - 4g	Fotopolimerizável micropartículas, cor C2				1.994,800
71	Resina Universal Fotopolimerizável micropartículas, cor C3 - 4g	Resina Universal Fotopolimerizável micropartículas, cor C3	Unidades	12	R\$ 45,787	R\$ 549,444
72	Resina Universal Fotopolimerizável microhíbrida, cor A2 - 4g	Resina Universal Fotopolimerizável microhíbrida, cor A2	Unidades	50	R\$ 34,032	R\$ 1.701,600
73	Resina Universal Fotopolimerizável microhíbrida, cor A3 - 4g	Resina Universal Fotopolimerizável microhíbrida, cor A3	Unidades	50	R\$ 35,827	R\$ 1.791,350
74	Resina Fotopolimerizável Nanohíbrida Bulk Fill A2 - 2g	Resina Fotopolimerizável Nanohíbrida Bulk Fill A2	Unidades	50	R\$ 29,100	R\$ 1.455,000
75	Resina Fotopolimerizável Nanohíbrida Bulk Fill A3 - 2g	Resina Fotopolimerizável Nanohíbrida Bulk Fill A3	Unidades	50	R\$ 23,300	R\$ 1.165,000
76	Resina Fotopolimerizável Nanohíbrida Bulk Fill C3 - 2g	Resina Fotopolimerizável Nanohíbrida Bulk Fill C3	Unidades	50	R\$ 41,200	R\$ 2.060,000
77	Resina Bulk Fill Flow A2	Resina Bulk Fill Flow A2	Unidades	100	R\$ 146,885	R\$ 14.688,500
78	Resina Bulk Fill Flow A3	Resina Bulk Fill Flow A3	Unidades	100	R\$ 112,103	R\$ 11.210,300
79	Sistema Adesivo Autocondicionante - 5ml	Sistema Adesivo Autocondicionante	Unidades	12	R\$ 145,029	R\$ 1.740,348
80	Revelador de película para radiografia 500ml	Revelador de película para radiografia 500ml	Frascos	50	R\$ 22,523	R\$ 1.126,150
81	Fixador de película para radiografia 500ml	Fixador de película para radiografia 500ml	Frascos	50	R\$ 22,255	R\$ 1.112,750
82	Creme Dental –	Creme Dental – Flúor	Unidades	7.000	R\$ 2,193	R\$



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA
Rua Dr. Chico Teixeira, 115 - Centro - CEP: 57760-000 - Chã Preta/AL
CNPJ: 12.334.629/0001-57

	Flúor ativo 1500 ppm - 90g	ativo 1500 ppm				15.351,000
83	Hidróxido de cálcio P.A. - 10g	Hidróxido de cálcio P.A	Unidades	20	R\$ 6,600	R\$ 132,000
84	Cimento de Hidróxido de Cálcio Forrador	Cimento de Hidróxido de Cálcio Forrador	Caixas	50	R\$ 24,603	R\$ 1.230,150
85	Resina Flow cor A3	Resina Flow cor A3	Unidades	50	R\$ 22,077	R\$ 1.103,850
86	Otosporin- Suspensão Otológica (Hidrocortisona 10mg/ml+ sulfato de neomicina 5mg/mL+ sulfato de Polimixina B 10.000 UI/ml	Otosporin- Suspensão Otológica (Hidrocortisona 10mg/ml+ sulfato de neomicina 5mg/mL+ sulfato de Polimixina B 10.000 UI/ml	Frascos	12	R\$ 18,083	R\$ 216,996
87	Formocresol - 10ml	Formocresol	Frascos	50	R\$ 11,426	R\$ 571,300
88	Tricresol Formalina - 10ml	Tricresol Formalina	Frascos	50	R\$ 10,456	R\$ 522,800
89	Pedra Pomes - 100g	Pedra Pomes	Potes	10	R\$ 7,223	R\$ 72,230
90	Pasta Profilática (com flúor) - 90g	Pasta Profilática (com flúor)	Bisnagas	100	R\$ 6,270	R\$ 627,000
91	Pasta Diamantada para polimento de restaurações em resina - 2g	Pasta Diamantada para polimento de restaurações em resina	Unidades	100	R\$ 12,840	R\$ 1.284,000
92	Pastilha Evidenciadora de Placas- caixa com 60 unidades	Pastilha Evidenciadora de Placas- caixa com 60 unidades	Caixas	30	R\$ 11,368	R\$ 341,040
93	Cimento de Óxido de zinco e Eugenol (pó + líquido)	Cimento de Óxido de zinco e Eugenol (pó + líquido)	Caixas	100	R\$ 18,755	R\$ 1.875,500
94	Cimento Obturador Provisório - 25g	Cimento Obturador Provisório	Potes	100	R\$ 22,045	R\$ 2.204,500
95	Ionômero de Vidro Restaurador (cor A2) 10g 8g	Ionômero de Vidro Restaurador (cor A2)	Caixas	100	R\$ 25,009	R\$ 2.500,900



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA
Rua Dr. Chico Teixeira, 115 - Centro - CEP: 57760-000 - Chã Preta/AL
CNPJ: 12.334.629/0001-57

96	Solução Hemostática - 10ml	Solução Hemostática	Frascos	50	R\$ 12,995	R\$ 649,750
97	Removedor de manchas	Removedor de manchas	Frascos	50	R\$ 30,683	R\$ 1.534,150
98	Cimento endodôntico à base de óxido de zinco e eugenol	Cimento endodôntico à base de óxido de zinco e eugenol	Caixas	20	R\$ 19,240	R\$ 384,800
99	Pino de Fibra de Vidro nº 2 – embalagem com 6 unidades	Pino de Fibra de Vidro nº 2 – embalagem com 6 unidades	Caixas	10	R\$ 30,360	R\$ 303,600
100	Agente de União Silano – Frasco com 5 ml	Agente de União Silano – Frasco com 5 ml	Frascos	10	R\$ 22,750	R\$ 227,500
101	Cimento Resinoso dual	Cimento Resinoso dual	Unidades	5	R\$ 98,752	R\$ 493,760
102	Adesivo Bond Esmalte- frasco de 5 ml	Adesivo Bond Esmalte- frasco de 5 ml	Unidades	10	R\$ 14,764	R\$ 147,640
103	Esponja hemostática – caixa com 10 unidades	Esponja hemostática – caixa com 10 unidades	Caixas	50	R\$ 50,453	R\$ 2.522,650
104	EDTA 500ml	EDTA 500ml	Unidades	20	R\$ 78,395	R\$ 1.567,900
105	Eucaliptol 10ml	Eucaliptol 10ml	Unidades	20	R\$ 8,652	R\$ 173,040
106	Hidróxido de Cálcio sem PMCC 1,76g	Hidróxido de Cálcio sem PMCC 1,76g	Pacotes	20	R\$ 89,283	R\$ 1.785,660
107	Guta -percha Acessória Microtipped FM – com 80 unidades de 28mm	Guta -percha Acessória Microtipped FM – com 80 unidades de 28mm	Caixas	30	R\$ 51,367	R\$ 1.541,010
108	Guta -percha Acessória Microtipped M – com 80 unidades de 28 mm	Guta -percha Acessória Microtipped M – com 80 unidades de 28 mm	Caixas	20	R\$ 50,086	R\$ 1.001,720
109	Guta -percha Acessória	Guta -percha Acessória Microtipped M – com	Caixas	10	R\$ 56,888	R\$ 568,880



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA
Rua Dr. Chico Teixeira, 115 - Centro - CEP: 57760-000 - Chã Preta/AL
CNPJ: 12.334.629/0001-57

	Microtipped M – com 80 unidades de 34mm	80 unidades de 34mm				
110	Guta Percha Acessória Microtipped ML– com 80 unidades de 34mm	Guta Percha Acessória Microtipped ML– com 80 unidades de 34mm	Caixas	10	R\$ 44,629	R\$ 446,290
111	Guta Percha calibrada (15-40) - Caixa com 120 pontas	Guta Percha calibrada (15-40)	Caixas	10	R\$ 41,436	R\$ 414,360
112	Guta Percha calibrada (45-80) - Caixa com 120 pontas	Guta Percha calibrada (45-80)	Caixas	10	R\$ 42,420	R\$ 424,200
113	Ponta de papel absorvente estéril nº 15-40 - Caixa com 120 unidades	Ponta de papel absorvente estéril nº 15-40	Caixas	100	R\$ 46,039	R\$ 4.603,900
114	Ponta de papel absorvente estéril nº 45-80 - Caixa com 120 unidades	Ponta de papel absorvente estéril nº 45-80	Caixas	100	R\$ 42,653	R\$ 4.265,300
115	Lençol de borracha azul (tamanho 13,5 x 13,5 cm) – embalagem com 26 unidades	Lençol de borracha azul (tamanho 13,5 x 13,5 cm) –embalagem com 26 unidades	Caixas	100	R\$ 34,689	R\$ 3.468,900
116	Condensador de Guta Mcspadden nº 45 de 25 mm	Condensador de Guta Mcspadden nº 45 de 25 mm	Unidades	50	R\$ 43,967	R\$ 2.198,350
117	Condensador de Guta Mcspadden nº 50 de 25 mm	Condensador de Guta Mcspadden nº 50 de 25 mm	Unidades	50	R\$ 43,737	R\$ 2.186,850
118	Condensador de Guta Mcspadden nº 60 de 25 mm	Condensador de Guta Mcspadden nº 60 de 25 mm	Unidades	50	R\$ 40,945	R\$ 2.047,250
119	Condensador de Guta Mcspadden nº 70 de 25 mm	Condensador de Guta Mcspadden nº 70 de 25 mm	Unidades	30	R\$ 23,965	R\$ 718,950
120	Condensador de	Condensador de Guta	Unidades	30	R\$ 23,750	R\$ 712,500



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA
Rua Dr. Chico Teixeira, 115 - Centro - CEP: 57760-000 - Chã Preta/AL
CNPJ: 12.334.629/0001-57

	Guta Mcspadden nº 80 de 25 mm	Mcspadden nº 80 de 25 mm				
121	Grampo para isolamento absoluto nº 205	Grampo para isolamento absoluto nº 205	Unidades	20	R\$ 11,077	R\$ 221,540
122	Grampo para isolamento absoluto nº 200	Grampo para isolamento absoluto nº 200	Unidades	10	R\$ 11,787	R\$ 117,870
123	Grampo para isolamento absoluto nº 206	Grampo para isolamento absoluto nº 206	Unidades	10	R\$ 11,405	R\$ 114,050
124	Grampo para isolamento absoluto nº 209	Grampo para isolamento absoluto nº 209	Unidades	20	R\$ 11,873	R\$ 237,460
125	Grampo para isolamento absoluto nº 210	Grampo para isolamento absoluto nº 210	Unidades	30	R\$ 11,941	R\$ 358,230
126	Grampo para isolamento absoluto nº 211	Grampo para isolamento absoluto nº 211	Unidades	10	R\$ 11,493	R\$ 114,930
127	Grampo para isolamento absoluto nº 212	Grampo para isolamento absoluto nº 212	Unidades	10	R\$ 11,015	R\$ 110,150
128	Grampo para isolamento absoluto nº W8A	Grampo para isolamento absoluto nº W8A	Unidades	20	R\$ 12,658	R\$ 253,160
129	Grampo para isolamento absoluto nº 26	Grampo para isolamento absoluto nº 26	Unidades	10	R\$ 12,540	R\$ 125,400
130	Grampo para isolamento absoluto nº 00	Grampo para isolamento absoluto nº 00	Unidades	20	R\$ 11,268	R\$ 225,360
131	Grampo para isolamento absoluto nº 14	Grampo para isolamento absoluto nº 14	Unidades	20	R\$ 11,834	R\$ 236,680
132	Grampo para isolamento absoluto nº 14 A	Grampo para isolamento absoluto nº 14 A	Unidades	20	R\$ 12,785	R\$ 255,700
133	Arco de Ostby autoclavável simples	Arco de Ostby autoclavável simples	Unidades	100	R\$ 11,139	R\$ 1.113,900



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA
Rua Dr. Chico Teixeira, 115 - Centro - CEP: 57760-000 - Chã Preta/AL
CNPJ: 12.334.629/0001-57

134	Condensador de Guta Duplo Shilder	Condensador de Guta Duplo Shilder	Unidades	10	R\$ 83,367	R\$ 833,670
135	Condensador de Canal - 01 ao 04 - Unidade	Condensador de Canal	Unidades	50	R\$ 10,188	R\$ 509,400
136	Sugador endodôntico descartável- pacote com 20 unidades	Sugador endodôntico descartável- pacote com 20 unidades	Pacotes	50	R\$ 13,799	R\$ 689,950
137	Conjunto de Aspiração Endodôntico (kit com 1 cânula + 3 agulhas com bisel)	Conjunto de Aspiração Endodôntico (kit com 1 cânula + 3 agulhas com bisel)	Kits	20	R\$ 49,234	R\$ 984,680
138	Broca Gates nº 2 de 32mm	Broca Gates nº 2 de 32mm	Unidades	50	R\$ 13,132	R\$ 656,600
139	Broca Gates nº 3 de 32mm	Broca Gates nº 3 de 32mm	Unidades	50	R\$ 10,068	R\$ 503,400
140	Broca Gates nº 4 de 32mm	Broca Gates nº 4 de 32mm	Unidades	50	R\$ 11,290	R\$ 564,500
141	Broca Gates nº 5 de 32mm	Broca Gates nº 5 de 32mm	Unidades	50	R\$ 8,003	R\$ 400,150
142	Broca Gates nº 6 de 32mm	Broca Gates nº 6 de 32mm	Unidades	50	R\$ 7,129	R\$ 356,450
143	Broca Endo Z	Broca Endo Z	Unidades	50	R\$ 18,922	R\$ 946,100
144	Ponta Diamantada Haste Longa 1012	Ponta Diamantada Haste Longa 1012	Unidades	30	R\$ 6,000	R\$ 180,000
145	Ponta Diamantada Haste Longa 1014	Ponta Diamantada Haste Longa 1014	Unidades	30	R\$ 8,660	R\$ 259,800
146	Ponta de Aspiração Endo Tips 0,014 – embalagem com 20 unidades	Ponta de Aspiração Endo Tips 0,014 – embalagem com 20 unidades	Pacotes	20	R\$ 53,817	R\$ 1.076,340
147	Pinça Porta Grampo Palmer	Pinça Porta Grampo Palmer	Unidades	20	R\$ 82,408	R\$ 1.648,160
148	Alicate Perfurador Ainsworth	Alicate Perfurador Ainsworth	Unidades	20	R\$ 106,573	R\$ 2.131,460
149	Clorexidina Clorexoral Gel 2% - embalagem com 2 seringas de 3g	Clorexidina Clorexoral Gel 2% - embalagem com 2 seringas de 3g	Pacotes	200	R\$ 12,262	R\$ 2.452,400



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA
Rua Dr. Chico Teixeira, 115 - Centro - CEP: 57760-000 - Chã Preta/AL
CNPJ: 12.334.629/0001-57

150	Hipoclorito de Sódio 2,5% - frasco com 1L	Hipoclorito de Sódio 2,5% - frasco com 1L	Frascos	10	R\$ 10,418	R\$ 104,180
151	Tamborel endodôntico de Alumínio	Tamborel endodôntico de Alumínio	Unidades	20	R\$ 13,980	R\$ 279,600
152	Cuba Inox Redonda – 160ml	Cuba Inox Redonda – 160ml	Unidades	50	R\$ 19,147	R\$ 957,350
153	Régua Endodôntica milimetrada	Régua Endodôntica milimetrada	Unidades	20	R\$ 23,549	R\$ 470,980
154	Régua Endodôntica milimetrada calibradora	Régua Endodôntica milimetrada calibradora	Unidades	20	R\$ 48,985	R\$ 979,700
155	Lima endodôntica C Pilot nº 08 - 25mm -caixa com 6 unidades	Lima endodôntica C Pilot nº 08 - 25mm - caixa com 6 unidades	Caixas	50	R\$ 47,329	R\$ 2.366,450
156	Lima endodôntica C Pilot nº 10 - 25mm -caixa com 6 unidades	Lima endodôntica C Pilot nº 10 - 25mm - caixa com 6 unidades	Caixas	20	R\$ 70,618	R\$ 1.412,360
157	Lima endodôntica C Pilot nº 15 - 25mm -caixa com 6 unidades	Lima endodôntica C Pilot nº 15 - 25mm - caixa com 6 unidades	Caixas	10	R\$ 71,340	R\$ 713,400
158	Lima tipo K nº 10 de 21 mm – caixa com 6 unidades	Lima tipo K nº 10 de 21 mm – caixa com 6 unidades	Caixas	50	R\$ 68,294	R\$ 3.414,700
159	Lima tipo K nº 10 de 25 mm – caixa com 6 unidades	Lima tipo K nº 10 de 25 mm – caixa com 6 unidades	Caixas	50	R\$ 62,263	R\$ 3.113,150
160	Lima tipo K nº 10 de 31 mm – caixa com 6 unidades	Lima tipo K nº 10 de 31 mm – caixa com 6 unidades	Caixas	50	R\$ 64,221	R\$ 3.211,050
161	Lima tipo K nº 15 de 21 mm – caixa com 6 unidades	Lima tipo K nº 15 de 21 mm – caixa com 6 unidades	Caixas	50	R\$ 71,138	R\$ 3.556,900
162	Lima tipo K nº 15 de 25 mm – caixa com 6 unidades	Lima tipo K nº 15 de 25 mm – caixa com 6 unidades	Caixas	50	R\$ 61,607	R\$ 3.080,350
163	Lima tipo K nº 15	Lima tipo K nº 15 de 31	Caixas	50	R\$ 63,191	R\$



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA
 Rua Dr. Chico Teixeira, 115 - Centro - CEP: 57760-000 - Chã Preta/AL
 CNPJ: 12.334.629/0001-57

	de 31 mm – caixa com 6 unidades	mm – caixa com 6 unidades				3.159,550
164	Lima tipo K-Flex 1ª Série 15-40 de 31mm	Lima tipo K-Flex 1ª Série 15-40 de 31mm	Caixas	50	R\$ 56,800	R\$ 2.840,000
165	Lima tipo K-Flex 1ª Série 15-40 de 21mm	Lima tipo K-Flex 1ª Série 15-40 de 21mm	Caixas	20	R\$ 74,138	R\$ 1.482,760
166	Lima tipo K-Flex 2ª Série 45-80 de 31mm	Lima tipo K-Flex 2ª Série 45-80 de 31mm	Caixas	50	R\$ 81,803	R\$ 4.090,150
167	Lima tipo K 3ª Série 90-140 de 31mm	Lima tipo K 3ª Série 90-140 de 31mm	Caixas	20	R\$ 74,331	R\$ 1.486,620
168	Lima tipo Hedstroem 15-40 de 25mm	Lima tipo Hedstroem 15-40 de 25mm	Caixas	10	R\$ 70,898	R\$ 708,980
169	Lima tipo Hedstroem 45-80 de 25mm	Lima tipo Hedstroem 45-80 de 25mm	Caixas	10	R\$ 80,445	R\$ 804,450
170	Lima tipo K-Flex 1ª Série 15-40 de 21mm	Lima tipo K-Flex 1ª Série 15-40 de 21mm	Caixas	50	R\$ 16,752	R\$ 837,600
171	Lima tipo K-Flex 1ª Série 15-40 de 25mm	Lima tipo K-Flex 1ª Série 15-40 de 25mm	Caixas	50	R\$ 18,815	R\$ 940,750
172	Lima tipo K-Flex 1ª Série 15-40 de 31mm	Lima tipo K-Flex 1ª Série 15-40 de 31mm	Caixas	50	R\$ 22,995	R\$ 1.149,750
173	Lima tipo K-Flex 2ª Série 45-80 de 21mm	Lima tipo K-Flex 2ª Série 45-80 de 21mm	Caixas	20	R\$ 14,511	R\$ 290,220
174	Lima tipo K-Flex 2ª Série 45-80 de 25mm	Lima tipo K-Flex 2ª Série 45-80 de 25mm	Caixas	20	R\$ 15,932	R\$ 318,640
175	Lima tipo K-Flex 2ª Série 45-80 de 31mm	Lima tipo K-Flex 2ª Série 45-80 de 31mm	Caixas	20	R\$ 14,629	R\$ 292,580
176	Lima Nitiflex 1ª Série 15-40 de 25mm	Lima Nitiflex 1ª Série 15-40 de 25mm	Caixas	5	R\$ 257,335	R\$ 1.286,675
177	Lima Rotatória 1ª	Lima Rotatória 1ª Série	Caixas	20	R\$ 150,504	R\$



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA
Rua Dr. Chico Teixeira, 115 - Centro - CEP: 57760-000 - Chã Preta/AL
CNPJ: 12.334.629/0001-57

	Série de 25 mm - embalagem com 6 unidades	de 25 mm - embalagem com 6 unidades				3.010,080
178	Lamparina a Álcool inox	Lamparina a Álcool inox	Unidades	10	R\$ 58,193	R\$ 581,930
179	Filme Radiográfico Adulto - 150unid	Filme Radiográfico Adulto	Caixas	50	R\$ 243,088	R\$ 12.154,400
180	Filme Radiográfico Infantil	Filme Radiográfico Infantil	Caixas	20	R\$ 330,209	R\$ 6.604,180
181	Cunha de Madeira (caixa com 100 unidades)	Cunha de Madeira (caixa com 100 unidades)	Caixas	20	R\$ 22,494	R\$ 449,880
182	Clips para RX (colgadura)	Clips para RX (colgadura)	Unidades	100	R\$ 5,561	R\$ 556,100
183	Pote Dappen - Vidro - 4x4cm - 02 cavidades	Pote Dappen	Unidades	300	R\$ 6,326	R\$ 1.897,800
184	Tira de Poliéster (pacote com 50 unidades)	Tira de Poliéster (pacote com 50 unidades)	Pacotes	50	R\$ 10,095	R\$ 504,750
185	Tira de Lixa Abrasiva em Aço de 4mm - 12 unid.	Tira de Lixa Abrasiva em Aço de 4mm	Pacotes	50	R\$ 6,721	R\$ 336,050
186	Tira de Lixa Abrasiva em Aço de 6mm	Tira de Lixa Abrasiva em Aço de 6mm	Pacotes	50	R\$ 8,302	R\$ 415,100
187	Seringa Carpule com Refluxo 1,8ml	Seringa Carpule com Refluxo	Unidades	200	R\$ 61,673	R\$ 12.334,600
188	Posicionadores Radiográficos Autoclaváveis Adulto (kit) - 1 Posicionador para molar superior direito e inferior esquerdo; 1 posicionador para molar superior esquerdo e inferior direito; 1 posicionador para incisivos centrais,	Posicionadores Radiográficos Autoclaváveis Adulto (kit)	Caixas	20	R\$ 69,690	R\$ 1.393,800



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA
Rua Dr. Chico Teixeira, 115 - Centro - CEP: 57760-000 - Chã Preta/AL
CNPJ: 12.334.629/0001-57

	superiores e inferiores					
189	Posicionadores Radiográficos Autoclaváveis Infantil (kit) - 1 Posicionador para molar superior direito e inferior esquerdo; 1 posicionador para molar superior esquerdo e inferior direito; 1 posicionador para incisivos centrais, superiores e inferiores	Posicionadores Radiográficos Autoclaváveis Infantil (kit)	Caixas	20	R\$ 70,632	R\$ 1.412,640
190	Sistema de pontas de Borracha e mandril para acabamento e polimento das restaurações em resina.	Sistema de pontas de Borracha e mandril para acabamento e polimento das restaurações em resina.	Kits	20	R\$ 122,033	R\$ 2.440,660
191	Tesoura Íris Reta	Tesoura Íris Reta	Unidades	100	R\$ 31,768	R\$ 3.176,800
192	Hollemback esculpido	Hollemback esculpido	Unidades	50	R\$ 10,777	R\$ 538,850
193	Espelho Bucal	Espelho Bucal	Unidades	100	R\$ 14,080	R\$ 1.408,000
194	Cabo para Espelho Bucal	Cabo para Espelho Bucal	Unidades	100	R\$ 8,322	R\$ 832,200
195	Ponta Diamantada Esférica 1012	Ponta Diamantada Esférica 1012	Unidades	100	R\$ 11,379	R\$ 1.137,900
196	Ponta Diamantada Esférica 1013	Ponta Diamantada Esférica 1013	Unidades	200	R\$ 4,469	R\$ 893,800
197	Ponta Diamantada Esférica 1014	Ponta Diamantada Esférica 1014	Unidades	200	R\$ 10,967	R\$ 2.193,400
198	Ponta Diamantada Esférica 1015	Ponta Diamantada Esférica 1015	Unidades	100	R\$ 6,611	R\$ 661,100
199	Ponta Diamantada	Ponta Diamantada	Unidades	50	R\$ 8,115	R\$ 405,750



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA
Rua Dr. Chico Teixeira, 115 - Centro - CEP: 57760-000 - Chã Preta/AL
CNPJ: 12.334.629/0001-57

	3118F	3118F				
200	Ponta Diamantada 3118FF	Ponta Diamantada 3118FF	Unidades	50	R\$ 5,331	R\$ 266,550
201	Ponta Diamantada 1111	Ponta Diamantada 1111	Unidades	50	R\$ 3,504	R\$ 175,200
202	Ponta Diamantada 1112 FF	Ponta Diamantada 1112 FF	Unidades	50	R\$ 2,205	R\$ 110,250
203	Bandejas Clínicas em Inox 26 x 12 x 1,5 cm	Bandejas Clínicas em Inox 26 x 12 x 1,5 cm	Unidades	100	R\$ 58,637	R\$ 5.863,700
204	Porta – Algodão em Inox	Porta – Algodão em Inox	Unidades	20	R\$ 53,575	R\$ 1.071,500
205	Espátula para Resina nº 02 em aço Inox	Espátula para Resina nº 02 em aço Inox	Unidades	100	R\$ 56,518	R\$ 5.651,800
206	Espátula dupla para resina nº 3057	Espátula dupla para resina nº 3057	Unidades	20	R\$ 83,954	R\$ 1.679,080
207	Espátula Plástica para ionômero nº 142	Espátula Plástica para ionômero nº 142	Unidades	100	R\$ 8,010	R\$ 801,000
208	Ponta Diamantada nº 1045	Ponta Diamantada nº 1045	Unidades	50	R\$ 5,500	R\$ 275,000
209	Sonda Exploradora nº 5 em aço Inox	Sonda Exploradora nº 5 em aço Inox	Unidades	50	R\$ 20,328	R\$ 1.016,400
210	Sonda milimetrada Nabers	Sonda milimetrada Nabers	Unidades	50	R\$ 49,551	R\$ 2.477,550
211	Pinça clínica para algodão	Pinça clínica para algodão	Unidades	50	R\$ 14,642	R\$ 732,100
212	Cureta para Dentina Haste Longa nº 02	Cureta para Dentina Haste Longa nº 02	Unidades	100	R\$ 14,863	R\$ 1.486,300
213	Cureta para Dentina nº 01	Cureta para Dentina nº 01	Unidades	50	R\$ 12,832	R\$ 641,600
214	Papel Carbono para articulação- 12fls	Papel Carbono para articulação	Embalagens	100	R\$ 4,497	R\$ 449,700
215	Porta Matriz Tofflemire	Porta Matriz Tofflemire	Unidades	30	R\$ 47,118	R\$ 1.413,540
216	Fita Matriz em Aço Inox 5mm - Rolo 5Mmx05mmx3m	Fita Matriz em Aço Inox 5mm	Rolos	50	R\$ 1,308	R\$ 65,400



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA
Rua Dr. Chico Teixeira, 115 - Centro - CEP: 57760-000 - Chã Preta/AL
CNPJ: 12.334.629/0001-57

217	Fita Matriz em Aço Inox 7mm - Medidas 0,05Mm X 7Mm. Rolo De 50Cm.	Fita Matriz em Aço Inox 7mm	Rolos	50	R\$ 1,298	R\$ 64,900
218	Fita banda Matriz de Poliéster pré - molar (caixa com 20 unidades)	Fita banda Matriz de Poliéster pré - molar (caixa com 20 unidades)	Caixas	200	R\$ 107,115	R\$ 21.423,000
219	Fita banda Matriz de Poliéster Molar (caixa com 20 unidades)	Fita banda Matriz de Poliéster Molar (caixa com 20 unidades)	Caixas	200	R\$ 55,983	R\$ 11.196,600
220	Aplicador Dycal angulado em aço Inox	Aplicador Dycal angulado em aço Inox	Unidades	100	R\$ 9,363	R\$ 936,300
221	Fotopolimerizador sem fio LED	Fotopolimerizador sem fio LED	Unidades	20	R\$ 314,926	R\$ 6.298,520
222	Autoclave Horizontal Automática Digital - 20 Litros - 03 bandejas	Autoclave Horizontal Automática Digital	Unidades	10	R\$ 5.317,885	R\$ 53.178,850
223	Escovódromo Portátil com 3 módulos	Escovódromo Portátil com 3 módulos	Unidades	10	R\$ 6.199,157	R\$ 61.991,570
224	Aparelho de Ultrassom para Profilaxia com jato de Bicarbonato	Aparelho de Ultrassom para Profilaxia com jato de Bicarbonato	Unidades	10	R\$ 1.931,585	R\$ 19.315,850
225	Localizador Apical eletrônico	Localizador Apical eletrônico	Unidades	4	R\$ 1.446,788	R\$ 5.787,152
226	Contra – ângulo oscilatório 16:1	Contra – ângulo oscilatório 16:1	Unidades	2	R\$ 941,617	R\$ 1.883,234
227	Motor Endodôntico com Contra - Ângulo (sem fio)	Motor Endodôntico com Contra -Ângulo (sem fio)	Unidades	4	R\$ 7.530,982	R\$ 30.123,928
228	Cadeira Odontológica -	Cadeira Odontológica - Aço, Pintura Eletrostática , Material Estofamento: Poliuretano Injetado,	Unidades	10	R\$ 22.494,812	R\$ 224.948,120



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA
Rua Dr. Chico Teixeira, 115 - Centro - CEP: 57760-000 - Chã Preta/AL
CNPJ: 12.334.629/0001-57

		Alta Densidade , Material Revestimento: Pvc Laminado Sem Costura , Encosto: Bi- Articulado , Funcionamento: Eletromecânico, Motorreductor, Isento Óleo , Posições: 4 Movimentos + Programadas , Componentes: Caixa Comando Interna, Pedal Comando				
229	Mocho	Mocho	Unidades	10	R\$ 761,872	R\$ 7.618,720
230	Compressor Odontológico isento de óleo (10pcm, motor de 2 hp)	Compressor Odontológico isento de óleo (10pcm, motor de 2 hp)	Unidades	5	R\$ 5.960,013	R\$ 29.800,065
231	Pelúcia com Macro Arcada	Pelúcia com Macro Arcada	Unidades	5	R\$ 402,591	R\$ 2.012,955
232	Macro Escova	Macro Escova	Unidades	5	R\$ 58,703	R\$ 293,515
233	Negatoscópio Odontológico	Negatoscópio Odontológico	Unidades	5	R\$ 383,759	R\$ 1.918,795
234	Macro Modelo Bocão	Macro Modelo Bocão	Unidades	10	R\$ 310,633	R\$ 3.106,330
235	Seladora Odontológica - 30 cm - 220v	Seladora Odontológica	Unidades	20	R\$ 351,884	R\$ 7.037,680
236	Rx Odontológico – (potência de 1330VA, coluna móvel, tensão nominal de 70 KVp .Temporizador Digital Centesimal, gerador imerso em óleo.	Rx Odontológico – (potência de 1330VA, coluna móvel, tensão nominal de 70 KVp .Temporizador Digital Centesimal, gerador imerso em óleo.	Unidades	10	R\$ 10.979,188	R\$ 109.791,880
237	Cuba ultrassônica - mínim. 2,5L - L100 -	Cuba ultrassônica de 100 Litros	Unidades	10	R\$ 1.157,178	R\$ 11.571,780



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA
Rua Dr. Chico Teixeira, 115 - Centro - CEP: 57760-000 - Chã Preta/AL
CNPJ: 12.334.629/0001-57

	220V					
238	Vibrador para gesso	Vibrador para gesso	Unidades	10	R\$ 363,504	R\$ 3.635,040
239	Lupa de Pala - Cr39	Lupa de Pala	Unidades	10	R\$ 259,575	R\$ 2.595,750
240	Escovódromo Escolar - 6 PIAS	Escovódromo Escolar - ESCOVÓDROMO PORTÁTIL , COM 6 PIAS, É COMPOSTO POR: - 6 ESPELHOS COM SUPORTE EM FORMA DE BOCA DE PVC EXPANDIDO RÍGIDO DE ESPUMA HOMOGÊNEA E CÉLULAS FECHADAS QUE IMPEDEM A PASSAGEM DE ÁGUA. - 6 PLACAS PERSONALIZADAS COM O NOME DA INSTITUIÇÃO DE 49,5X30 CM - 3 RESERVATÓRIOS PARA ÁGUA POTÁVEL DE PVC DE ENGENHARIA DE MATÉRIA-PRIMA PURA E ATÓXICA, PRÓPRIAS PARA ACONDICIONAMENTO DE ÁGUA, POIS NÃO DEIXA ODORES. CAPACIDADE PARA 15 LITROS MEDINDO 35X26X26CM, COM TORNEIRA DE NYLON DE ENGENHARIA QUE RESISTE A FORTES IMPACTOS SEM DANIFICAR E POSSUI EM SEU	Unidades	10	R\$ 6.688,229	R\$ 66.882,290



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA
Rua Dr. Chico Teixeira, 115 - Centro - CEP: 57760-000 - Chã Preta/AL
CNPJ: 12.334.629/0001-57

		INTERIOR ANÉIS O'RING DE BORRACHA NITRÍLICA. POSSUI ANÉIS DE VEDAÇÃO FLEXÍVEIS. - 3 RESERVATÓRIOS PARA ÁGUA UTILIZADA DE PVC DE ENGENHARIA DE MATÉRIA-PRIMA PURA E ATÓXICA, PRÓPRIAS PARA ACONDICIONAMENTO DE ÁGUA, POIS NÃO DEIXA ODORES. CAPACIDADE PARA 15 LITROS MEDINDO 35X26X26CM - 6 PIAS DE POLIPROPILENO DE 34,5X26X20 CM. COM TUBO EXTENSIVO DE POLIPROPILENO, MATERIAL NÃO ADERENTE A GORDURA, PEÇA ÚNICA QUE EVITA A VAZAMENTOS. - 6 SUPORTES METÁLICOS DE 1,72X60CM, COM PINTURA EM EPÓXI BRANCO - 3 SUPORTES METÁLICOS COM DUAS BASES CADA, COM 33X32X91 CM, E PINTURA EM EPÓXI BRANCO. - 1 DENTIMER MEDIDOR DE TEMPO DE				
--	--	---	--	--	--	--



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA
Rua Dr. Chico Teixeira, 115 - Centro - CEP: 57760-000 - Chã Preta/AL
CNPJ: 12.334.629/0001-57

		ESCOVAÇÃO DENTARIA ESPECÍFICOS PARA ESCOVÓDROMO PORTÁTIL, COM O FORMATO DE DENTE MOLAR COMPOSTO POR CONJUNTO MONTADO DE COMPONENTES DE RESINA POLIMÉRICA NAS CORES AZUL, VERMELHO E BRANCO, ALÉM DE PINTURA DE DETALHES EM PRETO. DIMENSÃO TOTAL DE 7 X 12 X 5 CM. APRESENTA CONJUNTO DE SEIS LÂMPADAS DE LED, EM TRÊS CORES (AMARELO, VERMELHO E VERDE), FORMANDO 3 DUPLAS DE CADA COR, LIGADOS A UM CIRCUITO IMPRESSO COM ALGORITMO CONTROLADOR ACIONADO POR 3 BOTÕES PARA OPÇÕES DE CRONOMETRAGEM DO TEMPO DE ESCOVAÇÃO. AS OPÇÕES DE TEMPO EXISTENTES SÃO DE: 90, 120 OU 01 6.897,47 6.897,47 180 SEGUNDOS. O ALGORITMO				
--	--	--	--	--	--	--



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA
Rua Dr. Chico Teixeira, 115 - Centro - CEP: 57760-000 - Chã Preta/AL
CNPJ: 12.334.629/0001-57

		CONTROLADOR ENVIA SINAIS ÀS LÂMPADAS EM FUNÇÃO DO BOTÃO ACIONADO PELO USUÁRIO. CADA DUPLA DE LÂMPADAS DA MESMA COR PISCA ALTERNADAMENTE POR 1/6 DO TEMPO ESCOLHIDO, REPRESENTANDO UM CICLO DE ESCOVAÇÃO PARA CADA SETOR DA ARCADA DENTÁRIA HUMANA: (DIREITA INFERIOR, CENTRO...				
241	Kit Hiper Bocão	Kit Hiper Bocão - KIT HIPER BOCÃO COMPOSTO DE CAIXA RÍGIDA COM TAMPA, 4 RODÍZIOS PARA TRANSPORTE, 2 ALÇAS METÁLICAS, ESTAMPA EM 4 CORES COM TEMAS DECORATIVOS DE SAÚDE BUCAL COM PERSONALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO, MEDINDO 60 X 60 X 100 CM, 1 BOCA COMPOSTA DE ARCADA SUPERIOR E ARCADA INFERIOR, 32 DENTES FIXOS COM FINALIDADES DEMONSTRATIVAS DE TÉCNICAS DE HIGIENIZAÇÃO	Unidades	5	R\$ 5.996,333	R\$ 29.981,665



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA
Rua Dr. Chico Teixeira, 115 - Centro - CEP: 57760-000 - Chã Preta/AL
CNPJ: 12.334.629/0001-57

		MEDINDO 67 X 47 X 57 CM, CONFECCIONADA COM HOMOPOLÍMERO POLIESTIRENO EXPANDIDO, 1 LÍNGUA AVELUDADA MEDINDO 50 X 30 X 10 CM, 1 CÁLCULO (TÁRTARO) DEMONSTRATIVO NA REGIÃO LINGUAL DOS INCISIVOS INFERIORES, 1 PLACA BACTERIANA DEMONSTRATIVA NA REGIÃO OCLUSAL DO TERCEIRO MOLAR INFERIOR ESQUERDO, 1 ESCOVA DENTÁRIA GIGANTE DE POLIESTIRENO EXPANDIDO MEDINDO 85 X 08 X 15 CM E 1 FIO DENTAL DEMONSTRATIVO GIGANTE MEDINDO 23 X 26 CM.				
242	Kit fantasias Quarteto da saúde Bucal	Kit fantasias Quarteto da saúde Bucal - KIT FANTASIAS QUARTETO DA SAÚDE BUCAL O KIT FANTASIAS QUARTETO DA SAÚDE BUCAL CONTEM: 01 FANTASIA PARA VESTIR EM FORMATO	Kits	5	R\$ 7.963,222	R\$ 39.816,110



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA
Rua Dr. Chico Teixeira, 115 - Centro - CEP: 57760-000 - Chã Preta/AL
CNPJ: 12.334.629/0001-57

		DE DENTE MOLAR EM LONA FANTASY FLEX MEDINDO 140 X 80 X 40 CM COM PLACA PERSONALIZADA COM NOME DA PREFEITURA OU INSTITUIÇÃO, 01 FANTASIA PARA VESTIR EM FORMA DE FIO DENTAL EM LONA CRYSTAL FLEX MEDINDO 140 X 80 X 40 CM COM PLACA PERSONALIZADA COM NOME DA PREFEITURA OU INSTITUIÇÃO, 01 FANTASIA PARA VESTIR EM FORMA DE CREME DENTAL COM LONA CRYSTAL FLEX MEDINDO 140 X 80 X 40 CM COM PLACA PERSONALIZADA COM NOME DA PREFEITURA OU INSTITUIÇÃO, 01 FANTASIA PARA VESTIR EM FORMA DE ESCOVA DENTAL COM LONA CRYSTAL FLEX MEDINDO 140 X 80 X 40 CM COM PLACA PERSONALIZADA COM NOME DA PREFEITURA OU INSTITUIÇÃO E CD ROM QUARTETO DA SAÚDE BUCAL COM				
--	--	---	--	--	--	--



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA
Rua Dr. Chico Teixeira, 115 - Centro - CEP: 57760-000 - Chã Preta/AL
CNPJ: 12.334.629/0001-57

		MÚSICAS E TEATRO.				
243	Plastificadora a vácuo com motor plastivac	Plastificadora a vácuo com motor plastivac - Plastificadora à Vácuo com Potenciômetro Anti Bolhas – 110V Especificações técnicas: - Voltagem / Tensão: 110v; - Frequência: 50 / 60 Hz; - Motor: 800 W; - Sistema de recuperação de placas com bolhas; - Resistência: 600 W máxima; - Consumo: 0,9 KW/h; - Alavanca para elevar e baixar porta-placa com apenas uma mão; - Porta-placa que permite utilizar placas quadradas e redondas; - Resistência em cerâmica com aquecimento rápido, eficiente e uniforme; - Dimensões aproximadas (CxAxL): 240mm x 300mm x 185mm.	Unidades	5	R\$ 1.407,743	R\$ 7.038,715
244	Bomba de vácuo PORTÁTIL odontológica de 6L	Bomba de vácuo PORTÁTIL odontológica de 6L	Unidades	10	R\$ 5.415,075	R\$ 54.150,750
245	Espátula nº 07	Espátula nº 07	Unidades	50	R\$ 11,604	R\$ 580,200
246	Espátula nº 70	Espátula nº 70	Unidades	20	R\$ 13,103	R\$ 262,060
247	Espátula para cimento nº 24	Espátula para cimento nº 24	Unidades	10	R\$ 9,684	R\$ 96,840
248	Escova de Robson, tipo ponta taça, branca	Escova de Robson, tipo ponta taça, branca	Unidades	100	R\$ 1,961	R\$ 196,100
249	Placa de vidro	Placa de vidro	Unidades	50	R\$ 12,213	R\$ 610,650



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA
Rua Dr. Chico Teixeira, 115 - Centro - CEP: 57760-000 - Chã Preta/AL
CNPJ: 12.334.629/0001-57

250	Porta Agulha modelo Mayo Hegar em aço inox 14 cm	Porta Agulha modelo Mayo Hegar em aço inox 14 cm	Unidades	50	R\$ 40,315	R\$ 2.015,750
251	Cabo de bisturi nº 03, aço inox	Cabo de bisturi nº 03, aço inox	Unidades	50	R\$ 11,412	R\$ 570,600
252	Broca cirúrgica nº 702	Broca cirúrgica nº 702	Unidades	50	R\$ 11,239	R\$ 561,950
253	Broca Carbide nº 6 Longa (esférica) alta rotação	Broca Carbide nº 6 Longa (esférica) alta rotação	Unidades	10	R\$ 9,539	R\$ 95,390
254	Alavanca Seldin Reta – ponta fina	Alavanca Seldin Reta – ponta fina	Unidades	30	R\$ 36,761	R\$ 1.102,830
255	Alavanca Seldin curva 1L -ponta fina	Alavanca Seldin curva 1L -ponta fina	Unidades	30	R\$ 33,863	R\$ 1.015,890
256	Alavanca Seldin curva 1R -ponta fina	Alavanca Seldin curva 1R -ponta fina	Unidades	30	R\$ 27,111	R\$ 813,330
257	Cureta Alveolar de Lucas média	Cureta Alveolar de Lucas média	Unidades	20	R\$ 11,176	R\$ 223,520
258	Descolador de Molt	Descolador de Molt	Unidades	30	R\$ 64,041	R\$ 1.921,230
259	Lima Seldin para Osso	Lima Seldin para Osso	Unidades	30	R\$ 18,086	R\$ 542,580
260	Tesoura Metzemabaum curva	Tesoura Metzemabaum curva	Unidades	20	R\$ 37,895	R\$ 757,900
261	Martelo cirúrgico	Martelo cirúrgico	Unidades	5	R\$ 130,138	R\$ 650,690
262	Afastador Minnesota	Afastador Minnesota	Unidades	20	R\$ 10,527	R\$ 210,540
263	Fórceps Infantil nº 01	Fórceps Infantil nº 01	Unidades	20	R\$ 80,710	R\$ 1.614,200
264	Fórceps Infantil nº 04	Fórceps Infantil nº 04	Unidades	20	R\$ 84,928	R\$ 1.698,560
265	Fórceps Infantil nº 05	Fórceps Infantil nº 05	Unidades	20	R\$ 85,406	R\$ 1.708,120
266	Ponta Diamantada 2135	Ponta Diamantada 2135	Unidades	50	R\$ 4,323	R\$ 216,150
267	Espátula para Resina nº 01	Espátula para Resina nº 01	Unidades	100	R\$ 56,260	R\$ 5.626,000
268	Fórceps adulto nº	Fórceps adulto nº 16	Unidades	50	R\$ 84,455	R\$



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA
Rua Dr. Chico Teixeira, 115 - Centro - CEP: 57760-000 - Chã Preta/AL
CNPJ: 12.334.629/0001-57

	16 em aço inox	em aço inox				4.222,750
269	Fórceps adulto nº 17 em aço inox	Fórceps adulto nº 17 em aço inox	Unidades	50	R\$ 80,079	R\$ 4.003,950
270	Fórceps adulto nº 150 em aço inox	Fórceps adulto nº 150 em aço inox	Unidades	50	R\$ 90,139	R\$ 4.506,950
271	Fórceps adulto nº 151 em aço inox	Fórceps adulto nº 151 em aço inox	Unidades	50	R\$ 91,444	R\$ 4.572,200
272	Fórceps adulto nº 18R em aço inox	Fórceps adulto nº 18R em aço inox	Unidades	50	R\$ 88,160	R\$ 4.408,000
273	Fórceps adulto nº 18L em aço inox	Fórceps adulto nº 18L em aço inox	Unidades	50	R\$ 69,506	R\$ 3.475,300
274	Fórceps adulto nº 69 em aço inox	Fórceps adulto nº 69 em aço inox	Unidades	50	R\$ 88,989	R\$ 4.449,450
275	Fórceps adulto nº 65 em aço inox	Fórceps adulto nº 65 em aço inox	Unidades	50	R\$ 88,713	R\$ 4.435,650
276	Fórceps adulto nº 01 em aço inox	Fórceps adulto nº 01 em aço inox	Unidades	50	R\$ 90,216	R\$ 4.510,800
277	Avental de chumbo com protetor de tireóide	Avental de chumbo com protetor de tireóide	Unidades	10	R\$ 679,496	R\$ 6.794,960
278	Câmara Escura	Câmara Escura	Unidades	20	R\$ 333,220	R\$ 6.664,400
279	Caneta de alta rotação	Caneta de alta rotação	Unidades	30	R\$ 448,805	R\$ 13.464,150
280	Micromotor + contra -ângulo	Micromotor + contra -ângulo	Unidades	30	R\$ 843,919	R\$ 25.317,570
281	Fio Ortodôntico de 5 mm	Fio Ortodôntico de 5 mm	Rolos	5	R\$ 24,568	R\$ 122,840
282	Alicate ortodôntico cortante (corte de amarelinho)	Alicate ortodôntico cortante (corte de amarelinho)	Unidades	5	R\$ 345,192	R\$ 1.725,960
283	Alicate Ortodôntico 139	Alicate Ortodôntico 139	Unidades	5	R\$ 108,054	R\$ 540,270
284	Abridor de boca ADULTO	Abridor de boca ADULTO	Kits	20	R\$ 8,591	R\$ 171,820
285	Abridor de boca INFANTIL	Abridor de boca INFANTIL	Kits	20	R\$ 8,023	R\$ 160,460
286	Cureta McCall 13-14	Cureta McCall 13-14	Unidades	50	R\$ 59,745	R\$ 2.987,250
287	Cureta McCall 17-18	Cureta McCall 17-18	Unidades	50	R\$ 56,821	R\$ 2.841,050



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA
Rua Dr. Chico Teixeira, 115 - Centro - CEP: 57760-000 - Chã Preta/AL
CNPJ: 12.334.629/0001-57

288	Foice Raspador Ponta Morse 0-00	Foice Raspador Ponta Morse 0-00	Unidades	50	R\$ 54,925	R\$ 2.746,250
289	Cureta Gracey 7/8	Cureta Gracey 7/8	Unidades	50	R\$ 39,606	R\$ 1.980,300
290	Cureta Gracey 13/14	Cureta Gracey 13/14	Unidades	50	R\$ 58,826	R\$ 2.941,300
291	Cureta Gracey 11/12	Cureta Gracey 11/12	Unidades	50	R\$ 34,580	R\$ 1.729,000
292	Cureta Gracey 5/6	Cureta Gracey 5/6	Unidades	20	R\$ 52,771	R\$ 1.055,420
293	Selante de fôssulas e fissuras	Selante de fôssulas e fissuras	Caixa s	50	R\$ 15,812	R\$ 790,600
294	Coletor Perfuro Cortante 13 litros	Coletor Perfuro Cortante 13 litros	Unidades	50	R\$ 8,050	R\$ 402,500
295	Coletor perfuro - cortante 7L	Coletor perfuro - cortante 7L	Unidades	50	R\$ 7,345	R\$ 367,250
296	Bicarbonato de Sódio	Bicarbonato de Sódio	Potes	20	R\$ 11,185	R\$ 223,700
297	Pedra para afiar instrumentos	Pedra para afiar instrumentos	Unidades	20	R\$ 31,090	R\$ 621,800
298	Lixeira inox com pedal 50L	Lixeira inox com pedal 50L	Unidades	10	R\$ 380,031	R\$ 3.800,310
299	Ponta Shofu chama	Ponta Shofu chama	Unidades	20	R\$ 9,396	R\$ 187,920
300	Ponta Shofu Piramidal	Ponta Shofu Piramidal	Unidades	20	R\$ 26,450	R\$ 529,000
301	Ponta Shofu Polidor	Ponta Shofu Polidor	Unidades	20	R\$ 24,770	R\$ 495,400
302	Ponta de Polimento abrasivo de silicone one gloss (com 10 unidades)	Ponta de Polimento abrasivo de silicone one gloss (com 10 unidades)	Caixas	20	R\$ 39,237	R\$ 784,740
303	Galão Bombona 5L Virgem Leitoso	Galão Bombona 5L Virgem Leitoso	Unidades	20	R\$ 14,630	R\$ 292,600
304	Lubrificante Para Peças de Mão – Embalagem com 200ml com bico	Lubrificante Para Peças de Mão – Embalagem com 200ml com bico	Frascos	20	R\$ 31,560	R\$ 631,200
305	Adaptador de pontas de alta para baixa rotação	Adaptador de pontas de alta para baixa rotação	Unidades	30	R\$ 15,400	R\$ 462,000
306	Saca – Brocas	Saca – Brocas	Unidades	20	R\$ 27,677	R\$ 553,540



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA
Rua Dr. Chico Teixeira, 115 - Centro - CEP: 57760-000 - Chã Preta/AL
CNPJ: 12.334.629/0001-57

	Universal Alta rotação	Universal Alta rotação				
307	Fio Retrator Gengival nº0	Fio Retrator Gengival nº0	Unidades	20	R\$ 18,878	R\$ 377,560
308	Fio Retrator Gengival nº00	Fio Retrator Gengival nº00	Unidades	20	R\$ 16,037	R\$ 320,740
309	Fio Retrator Gengival nº000	Fio Retrator Gengival nº000	Unidades	20	R\$ 17,960	R\$ 359,200
310	Seringa Descartável Luer Lock 3ml com agulha	Seringa Descartável Luer Lock 3ml com agulha	Unidades	300	R\$ 0,862	R\$ 258,600
311	Seringa Descartável Hipodérmica 10ml com agulha	Seringa Descartável Hipodérmica 10ml com agulha	Unidades	100	R\$ 0,363	R\$ 36,300
312	Alginato tipo II (410 gramas)	Alginato tipo II (410 gramas)	Pacotes	100	R\$ 21,504	R\$ 2.150,400
313	Isolante para resina acrílica (1 Litro)	Isolante para resina acrílica (1 Litro)	Frascos	50	R\$ 59,330	R\$ 2.966,500
314	Líquido para Resina Acrílica Termopolimerizável (1 Litro)	Líquido para Resina Acrílica Termopolimerizável (1 Litro)	Frascos	50	R\$ 120,512	R\$ 6.025,600
315	Resina Acrílica Termopolimerizável cor rosa médio (1Kg)	Resina Acrílica Termopolimerizável cor rosa médio (1Kg)	Frascos	50	R\$ 104,670	R\$ 5.233,500
316	Líquido Acrílico Autopolimerizável	Líquido Acrílico Autopolimerizável	Frascos	50	R\$ 74,430	R\$ 3.721,500
317	Caixa para Aparelho e Prótese com aroma (cx c/10)	Caixa para Aparelho e Prótese com aroma (cx c/10)	Pacotes	50	R\$ 18,150	R\$ 907,500
318	Placa base Fina (embalagem com 10 unidades)	Placa base Fina (embalagem com 10 unidades)	Caixas	100	R\$ 29,552	R\$ 2.955,200
319	Gesso tipo III Pedra	Gesso tipo III Pedra	Pacotes	100	R\$ 11,007	R\$ 1.100,700
320	Cuba de borracha para Alginato	Cuba de borracha para Alginato	Unidades	100	R\$ 10,625	R\$ 1.062,500



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA
Rua Dr. Chico Teixeira, 115 - Centro - CEP: 57760-000 - Chã Preta/AL
CNPJ: 12.334.629/0001-57

321	Espátula plástica para Alginato	Espátula plástica para Alginato	Unidades	50	R\$ 2,467	R\$ 123,350
322	Espátula para gesso Inox	Espátula para gesso Inox	Caixas	50	R\$ 12,299	R\$ 614,950
323	Dentes 2 N Superior cor 66	Dentes 2 N Superior cor 66	Caixas	200	R\$ 78,600	R\$ 15.720,000
324	Dentes 2 N Inferior cor 66	Dentes 2 N Inferior cor 66	Caixas	200	R\$ 99,149	R\$ 19.829,800
325	Dentes 2 N Superior cor 60	Dentes 2 N Superior cor 60	Caixas	200	R\$ 98,930	R\$ 19.786,000
326	Dentes 2 N Inferior cor 60	Dentes 2 N Inferior cor 60	Caixas	200	R\$ 99,149	R\$ 19.829,800
327	Dentes 3 P Superior cor 66	Dentes 3 P Superior cor 66	Caixas	200	R\$ 83,799	R\$ 16.759,800
328	Dentes 3 P Inferior cor 66	Dentes 3 P Inferior cor 66	Caixas	200	R\$ 94,758	R\$ 18.951,600
329	Dentes 3 P Superior cor 60	Dentes 3 P Superior cor 60	Caixas	200	R\$ 94,758	R\$ 18.951,600
330	Dentes 3 P Inferior cor 60	Dentes 3 P Inferior cor 60	Caixas	200	R\$ 97,766	R\$ 19.553,200
331	Dentes 266 Superior cor 66	Dentes 266 Superior cor 66	Caixas	200	R\$ 92,955	R\$ 18.591,000
332	Dentes 266 Inferior cor 66	Dentes 266 Inferior cor 66	Caixas	200	R\$ 84,515	R\$ 16.903,000
333	Dentes 266 Superior cor 60	Dentes 266 Superior cor 60	Caixas	200	R\$ 94,758	R\$ 18.951,600
334	Dentes 266 Inferior cor 60	Dentes 266 Inferior cor 60	Caixas	200	R\$ 84,515	R\$ 16.903,000
335	Dentes 2 P Superior cor 66	Dentes 2 P Superior cor 66	Caixas	200	R\$ 104,358	R\$ 20.871,600
336	Dentes 2 P Inferior cor 66	Dentes 2 P Inferior cor 66	Caixas	200	R\$ 99,149	R\$ 19.829,800
337	Dentes 2 P Superior cor 60	Dentes 2 P Superior cor 60	Caixas	200	R\$ 102,766	R\$ 20.553,200
338	Dentes 2 P Inferior cor 60	Dentes 2 P Inferior cor 60	Caixas	200	R\$ 99,149	R\$ 19.829,800
339	Dentes 32L Superior cor 66	Dentes 32L Superior cor 66	Caixas	200	R\$ 75,485	R\$ 15.097,000
340	Dentes 32L Inferior cor 66	Dentes 32L Inferior cor 66	Caixas	200	R\$ 84,515	R\$ 16.903,000
341	Dentes 32L	Dentes 32L Superior	Caixas	200	R\$ 75,526	R\$



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA
Rua Dr. Chico Teixeira, 115 - Centro - CEP: 57760-000 - Chã Preta/AL
CNPJ: 12.334.629/0001-57

	Superior cor 60	cor 60				15.105,200
342	Dentes 32L Inferior cor 60	Dentes 32L Inferior cor 60	Caixas	200	R\$ 84,515	R\$ 16.903,000
343	Dentes A25 Superior cor 66	Dentes A25 Superior cor 66	Caixas	200	R\$ 102,766	R\$ 20.553,200
344	Dentes A25 Inferior cor 66	Dentes A25 Inferior cor 66	Caixas	200	R\$ 93,783	R\$ 18.756,600
345	Dentes A25 Superior cor 60	Dentes A25 Superior cor 60	Caixas	200	R\$ 114,778	R\$ 22.955,600
346	Dentes A25 Inferior cor 60	Dentes A25 Inferior cor 60	Caixas	200	R\$ 60,600	R\$ 12.120,000
347	Moldeira autoclavável nº 5	Moldeira autoclavável nº 5	Unidades	100	R\$ 9,763	R\$ 976,300
348	Moldeira autoclavável nº 6	Moldeira autoclavável nº 6	Unidades	100	R\$ 10,650	R\$ 1.065,000
349	Moldeira autoclavável nº 7	Moldeira autoclavável nº 7	Unidades	100	R\$ 10,264	R\$ 1.026,400
350	Cera 7 rosa lâmina	Cera 7 rosa lâmina	Caixas	50	R\$ 21,937	R\$ 1.096,850
351	Cera 9	Cera 9	Caixas	50	R\$ 20,343	R\$ 1.017,150
352	Placa para moldeira de bruxismo cristal – formato quadrado (embalagem com 5 unidades de 2 mm)	Placa para moldeira de bruxismo cristal – formato quadrado (embalagem com 5 unidades de 2 mm)	Embalagens	50	R\$ 46,570	R\$ 2.328,500

ESTIMADO GLOBAL	R\$ 2.076.190,857
ESTIMADO POR EXTENSO	Dois milhões setenta e seis mil centos e noventa reais e oitenta e cinco centavos.

6. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. Poderão participar deste processo de contratação empresas do ramo de atividade relacionada ao objeto e que não possuam registro de sanção que impeça sua contratação;
- 6.2. Poderão participar desta Licitação exclusivamente Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, observando o disposto no artigo 48, I, e art. 49, IV da Lei Complementar nº 147, de 7/8/2014, que alterou a Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, e que atendam às condições previstas neste Termo de Referência;
- 6.3. A deve contratação observa os critérios de sustentabilidade ambiental recomendados pelo Órgãos competente, e a contratada deverá prever, no que couber, práticas de sustentabilidade nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP no 01, de 19 de janeiro de 2010;



- 6.4. Manter durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação na licitação e contratação;
- 6.5. Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro termo de referência;
- 6.6. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta;
- 6.7. Entendemos, portanto, que a contratação nos presentes termos, atende aos requisitos exigidos na Legislação em vigor, bem como atende às necessidades da Prefeitura Municipal de Chã Preta, a ser contratado mediante licitação por PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO, sob forma de execução indireta e regime de empreitada por preço unitário;
- 6.8. A aquisição se refere a fornecimentos contínuos, a qual é realizada pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas, cujo interrupção ocasionará prejuízos a pessoas e serviços essenciais;
- 6.9. A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei no 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes;
- 6.10. A empresa fornecedora dos bens será responsável pela substituição, troca ou reposição dos produtos porventura entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações do Termo;
- 6.11. Na substituição de produtos defeituosos, a reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante, sem custo adicional para a Contratante;
- 6.12. Os produtos deverão ter a garantia mínima de 12 (doze) meses ou a garantia do fornecedor, a contar do recebimento definitivo, podendo o fornecedor oferecer prazo superior ao acima mencionado, sem custo à Administração.

7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 7.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado (s) fornecido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado;
- 7.2. A contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade previstas no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, no que couber.
- 7.3. O Contratante deverá apresentar todos os Certificados de Registro dos Produtos e Insumos que porventura cotarem neste certame, emitidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), ou cópia autenticada de tópico do Diário Oficial da União que publicou o Registro, sendo que o local onde estiver impresso o registro deverá estar sublinhado em cor diferente da impressão;
- 7.4. A contratada deverá apresentar Autorização de Funcionamento de Empresa - AFE expedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA do Ministério da Saúde, em plena validade;
- 7.5. Para os produtos isentos de registro na ANVISA, o licitante deverá comprovar essa isenção através de: Documento ou informe do site da ANVISA, desde que contenha data e hora da consulta, informando que o insumo é isento de registro; ou Resolução da Diretoria Colegiada – RDC correspondente que comprove a isenção do objeto ofertado;



7.6. Todos os insumos devem vir acompanhados de bula/manual de instruções, em língua portuguesa.

8. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

8.1. Os serviços/materiais serão recebidos na forma prevista no art. 140 e seguintes da Lei 14.133/2021;

8.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto do contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa pela sua perfeita execução.

8.3. A Contratada se obriga a substituir o serviço/material entregue e aceito, no caso de apresentar falha, mesmo que o fato ocorra após o recebimento provisório e/ou definitivo, sob pena de aplicação, pelo Contratante, das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no contrato.

9. DO VALOR DE REFERÊNCIA

9.1. O valor estimado para a despesa será aferido quando da cotação realizada pelo Setor de Compras, através dos estimados conseguidos pela média final.

10. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1. A Administração Municipal obrigar-se-á a:

- a) efetuar o pagamento à Fornecedora, de acordo com o prazo estabelecido na ATA;
- b) comunicar formal e imediatamente à Adjudicatária qualquer anormalidade no fornecimento dos bens, podendo recusá-los caso não estejam de acordo com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência;
- c) prestar, através de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;
- d) assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na futura Ata de Registro de Preços;
- e) assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para o Município, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;
- f) renegociar os valores contratados, cujos preços sejam considerados desvantajosos;
- g) fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Adjudicatária;
- h) aplicar as penalidades por descumprimento das obrigações assumidas.

10.2. A Adjudicatária obrigar-se-á a:

- a) arcar com todos os custos que incidam direta ou indiretamente sobre os itens ofertados na licitação;
- b) manter firme sua proposta durante o prazo de validade dela;
- c) entregar objeto/prestar serviços em conformidade com o que foi licitado, e dentro do prazo estabelecido pelo Município, contado desde o recebimento da Ordem de Fornecimento, nas quantidades propostas e no local indicado;
- d) corrigir eventuais falhas no cumprimento de suas obrigações no prazo estabelecido pelo fiscal do contrato;
- e) entregar objeto/prestar serviços, objeto da proposta, dentro do prazo de validade;
- f) entregar objeto/prestar serviços durante o horário de funcionamento do Município, salvo por motivo justificável, fruto de caso fortuito ou força maior, que deverá ser analisado por servidor designado;
- g) abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços sem a expressa concordância do Município;



- h) responder por eventuais danos causados ao Município ou a terceiros durante a vigência desta Ata por seus agentes ou prepostos;
- i) manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços as condições de habilitação exigidas no edital.

11. DOS PRAZOS

11.1. A entrega deverá ocorrer no prazo de até 15 (QUINZE) DIAS ÚTEIS, após o recebimento da Autorização de Fornecimento (AF) emitida pela Prefeitura Municipal de Chã Preta – AL.

11.2. Os serviços/materiais recusados pelo Contratante deverão ser substituídos, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data de Notificação, correndo por conta da fornecedora (contratada) as despesas de devolução dos materiais recusados.

12. DO PAGAMENTO

12.1. Os pagamentos devidos à CONTRATADA pela execução dos serviços serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais e apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

12.2. Quando do pagamento, a Contratada deverá estar em dia com todas as condições de habilitação exigidas na licitação, ou seja, as certidões negativas de débitos da União, Estado, Município, FGTS e Trabalhista deverão estar válidas (dentro do prazo de vencimento).

12.3. Contratada deverá, obrigatoriamente, encaminhar os seguintes documentos quando da entrega:

a) **Nota fiscal** gerada pelo fornecimento das quantidades de materiais entregues solicitadas na AF. Caso a quantidade entregue seja menor da requerida na AF pela Contratante, a Contratada deverá informar por escrito, o motivo da não entrega dos materiais solicitados, os quais serão analisados pela Secretaria e posteriormente será informado à mesma sobre a decisão;

b) **Certidões Negativas de Débitos**: da União (Secretaria de Receita Federal, INSS e FGTS), do Estado e Município (IPTU e ISS). Todas as certidões deverão estar dentro do prazo de validade de no mínimo 10 dias antes de seu vencimento.

12.4. A falta de um dos documentos solicitados no item anterior poderá implicar no não recebimento dos itens e, consequentemente, da nota fiscal.

12.5. O faturamento deverá ser emitido para a Secretaria Municipal Solicitante, CONFORME ORDEM DE FORNECIMENTO.

13. DAS PENALIDADES

13.1. A Adjudicatária que ensejar o retardamento, falhar ou fraudar na execução desta Ata, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.2. Pela infração das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Adjudicatária as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, aplicada em dobro na reincidência;



- 13.3. As infrações administrativas seguirão o rito prelecionado nos artigos 155 e 156 da Lei 14.133/2021;
13.4. No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

14. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. O Município se reserva o direito de cancelar a Ata de Registro de Preços independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que à Adjudicatária caiba o direito de indenização de qualquer espécie, no caso de falência, concordata ou dissolução da Adjudicatária, transferir, no todo ou em parte, a Ata, atraso na entrega do objeto superior a 30 (trinta) dias contados a partir da Ordem de Fornecimento sem que haja justificativa aceita.

15. DO REAJUSTAMENTO DO VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. A presente ARP é irreeajustável, podendo seus preços serem reequilibrados em consonância com o disposto na legislação vigente à época da solicitação, sendo efetivado através de apostilamento.

16. DA FISCALIZAÇÃO E DA DE AFERIÇÃO DA EXECUÇÃO

16.1. Nos termos do art. 117, da Lei 14.133/2021, a CONTRATANTE/GERENCIADORA designará um gestor para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

16.2. A CONTRATADA/FORNECEDORA REGISTRADA deverá indicar um preposto para se aceitar pela CONTRATANTE/GERENCIADORA, representá-la na execução do contrato;

16.3. A CONTRATANTE/GERENCIADORA poderá rejeitar, no todo ou em parte, os produtos/materiais fornecidos, se em desacordo com o contrato;

16.4. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA/FORNECEDORA REGISTRADA sem ônus à CONTRATANTE/GERENCIADORA;

16.5. Não obstante a CONTRATADA/FORNECEDORA REGISTRADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a CONTRATANTE/GERENCIADORA reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços/entregas, diretamente pelo Fiscal designado.

16.6. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração Municipal, conforme procedimentos estabelecidos em termo de designação a ser expedido pela Secretaria Municipal SOLICITANTE, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

16.7. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei 14.133/2021.

16.8. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando



os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

16.9. O Fiscal da ARP ou Contrato, deverá observar e guiar-se pelas seguintes diretrizes:

- A licitante deverá entregar o insumo aferido em sua proposta, exatamente nas especificidades constantes, tais como: MARCA, o FABRICANTE, o MODELO e o PERÍODO DE GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA;
- **Não aceito** o(s) objeto(s) entregue(s), será comunicado à empresa adjudicatária, para que proceda a respectiva e imediata correção, em um prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, para que se possa adequar o solicitado com o cotado com o efetivamente entregue, de forma a atender àquilo que efetivamente se pretendia executar.
- O PERÍODO DE GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA do objeto ofertado, não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data do Recebimento Definitivo.
- A garantia e assistência técnica do objeto deverão abranger peças e componentes contra defeitos de fabricação, funcionamento ou possíveis falhas que possam surgir com o uso, devendo ser prestada pelo fabricante por meio de suas lojas autorizadas.
- Durante o período de garantia e assistência técnica, o Município não efetuará nenhum tipo de pagamento à licitante vencedora a título de deslocamento de pessoal, veículos, transporte, impostos, taxas, hospedagem, peças, fretes de peças, mão de obra e outros.
- A garantia e assistência técnica não abrangem as substituições de peças ou componentes danificados por dolo, imperícia ou mau uso do objeto por parte do Município.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. a Licitação poderá ser revogada por interesse do órgão requisitante, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que à Licitante tenha direito a qualquer indenização, obedecendo ao disposto na Lei 14.133/2021;

17.2. Qualquer modificação no futuro Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.

17.3. Ao (à) Pregoeira/Agente de contratação (a) ou a Autoridade Competente, é facultado, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo, desde a realização da sessão pública.

17.4. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

17.5. Após apresentação da proposta de preços não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo (a) Pregoeira/Agente de contratação (a).

17.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pelo órgão requisitante.

17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos no Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais.

17.8. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas, em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse do órgão requisitante,



a finalidade e a segurança da contratação.

17.9. O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto nos artigos 124 e seguintes da Lei 14.133/2021. Entretanto **o valor registrado será IRREAJUSTÁVEL**.

17.10. As Licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do CONTRATADO de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

17.11. A contratada não poderá subcontratar total ou parcialmente o fornecimento, nem ceder o contrato de fornecimento de materiais.

17.12. Se, por ocasião da formalização do Contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante a Receita Federal – Previdenciária e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS) Fazenda Nacional e o Ministério do Trabalho, estiverem com os prazos de validade vencidos, a administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

17.13. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 03 (três) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o subitem 17.12, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a aquisição não se realizar.

18. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. A Ata de Registro de Preços vigorará por **12 (doze) meses**, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, conforme dispõe Art. 84, da Lei 14.133/2021.

19. DO CONTRATO

19.1 CONSIGNAM REGRAS CONTRATUAIS:

19.1.1 O contrato deverá ser reajustado **a cada 12 (doze) meses**, contados a partir da sua assinatura, adotando-se, para tanto, a variação positiva do índice IGP-M/FGV, ou, na sua falta, pelo índice da inflação do período, medido pela Fundação Getúlio Vargas ou outro ajustado em comum acordo entre as partes.

19.2 DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

19.2.1 A contratação terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- a) Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- b) Seja comprovado, através de pesquisa de mercado, que o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;
- c) Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- d) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

20. DO CONTRATO, DAS CONDIÇÕES, DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO(S) INSUMO(S)

20.1. A licitante vencedora deverá assinar o contrato em conformidade com a minuta anexa ao Edital em até 10 (DEZ) dias consecutivos após notificação emitida pelo município de Chã Preta/AL.

20.1.1. Incumbirá à Prefeitura Municipal de Chã Preta/AL providenciar a publicação do extrato do contrato na Imprensa Oficial, conforme dispõe a legislação vigente, no prazo de cinco dias úteis, contados a partir



da assinatura do contrato;

20.2. No caso de a empresa vencedora não comparecer para a assinatura do contrato no prazo supracitado, contado a partir da data da notificação, ao Município caberá à licitação de convocar, conforme sua conveniência, as demais licitantes, sucessivamente, obedecida a ordem de classificação.

20.3. O Edital será parte integrante do contrato, e a Minuta do Contrato integrará o Ato Convocatório, independentemente de transcrição.

20.4. O Município poderá introduzir no contrato as alterações julgadas necessárias para assegurar maior garantia da aquisição do objeto, bem como aumentá-lo em seus quantitativos, mediante Termo Aditivo, obedecidos os percentuais e limites legais.

20.5. O veículo, objeto deste Termo de Referência, será entregue diretamente na sede Administrativa do Contratante, e serão recebidos por servidor indicado pela Administração, mediante a apresentação da Nota Fiscal pertinente ao objeto fornecido.

20.6. O (s) objeto(s) deste Termo de Referência, será(ão) recebido(s) após o atendimento de todas as condições estabelecidas no edital e demais documentos que o integrarão.

20.7. O recebimento se dará com base no art. 8º da Lei 14.133;

20.8. Nas propostas de preços as licitantes deverão atender aos seguintes requisitos, dentre outros estabelecidos pela Comissão de Licitação: Conter a descrição completa do(s) serviços.

20.9. A empresa Licitante deverá fornecer números de telefone fixos e celulares, bem como endereço eletrônico para comunicação com os responsáveis, que devem ser funcionais nos horários comerciais, pelo menos.

21. DA GARANTIA DO OBJETO

21.1. A licitante responderá solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que tornem os objetos licitados impróprios ou inadequados a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com as indicações constantes da mensagem publicitária (folder), respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o Município exigir a substituição do todo ou das partes viciadas.

21.1.1. Não sendo o vício sanado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas da data da notificação, poderá o Município exigir, alternativamente e à sua escolha:

I - A substituição do veículo por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso;

II - A restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos;

III - o abatimento proporcional do preço.

22. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADE(S)

22.1. O preço ofertado pela licitante e aceito pela Pregoeira será registrado na Ata de Registro de Preços. As especificações licitadas estão anexadas nas cotações de preços.

23. DA RESCISÃO

23.1. O Contratante se reserva ao direito de rescindir o contrato pelos motivos elencados no Art. 137 da Lei 14.133, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que à Contratada caiba o direito de indenização de qualquer espécie.



23.2. A rescisão do contrato, quando motivada por quaisquer descumprimentos das disposições estabelecidas no Edital, bem como nas cláusulas contratuais, implicará na aplicação de perdas e danos, sem embargo às demais sanções cabíveis.

24. DA FISCALIZAÇÃO

24.1. A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

25. DAS SANÇÕES

25.1. As sanções administrativas são as anteriormente citadas, as previstas na legislação em vigor e no contrato firmado.

26. DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO

26.1. O pagamento da fatura será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia imediato à apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is) com a efetiva entrega do objeto e posterior recebimento atestado por responsável pelo setor competente do Município.

26.2. O pagamento fica condicionado à comprovação de que a licitante vencedora se encontra em regular situação fiscal para com as fazendas estadual e federal;

26.3. Nenhum pagamento será feito sem que a licitante vencedora tenha recolhido o valor de multa eventualmente aplicada.

26.4. Havendo erro na fatura/nota fiscal/recibo, ou outra circunstância que desaprove a liquidação, ela ficará pendente e o pagamento susado, até que a adjudicatária tome as medidas saneadoras necessárias;

26.5. O pagamento poderá ser efetuado mediante depósito bancário na conta corrente da licitante vencedora, indicada na proposta de preços, devendo para isto ficar explicitado o nome do Banco, Agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetuado o crédito.

27. DO REAJUSTE

27.1. Os preços propostos na ata não serão passíveis de reajuste, na forma da Lei Federal nº 10.192 de 14.02.2001, salvo nos casos previstos em lei e nos casos a serem elencados pelo Edital e Anexos.

28. DO VALOR DE REFERÊNCIA

28.1. O estimado referencial deverá ser aferido pelo Setor Municipal de Compras.

29. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

29.1. A empresa contratada deverá atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental. Destaca-se, as recomendações contidas na Instrução Normativa SLTI/MP N° 01, de 19 de janeiro de 2010; da Resolução CONAMA N° 362, de 23 de junho de 2005; da Resolução CONAMA N° 416, de 30 de setembro de 2009, bem como da Resolução CONAMA N° 340, de 25 de setembro de 2003, para que seja assegurada a viabilidade técnica e o adequado tratamento dos impactos ambientais específicos.

29.2. A Contratada deverá respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira



de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

29.3. O fornecedor deverá zelar pela segurança das pessoas e das instalações, pela saúde de seus empregados, bem como capacitar e treinar os seus funcionários para as atividades correlatas à prestação dos serviços e para atendimento adequado.

30. SUBCONTRATAÇÃO

30.1. Não é permitida a subcontratação.

31. VISTORIA

31.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de entrega dos objetos.

32. DE GESTÃO DO CONTRATO

32.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

32.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

32.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

32.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

32.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento igual, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

32.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

33. FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

33.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

33.2. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

33.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

33.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA
Rua Dr. Chico Teixeira, 115 - Centro - CEP: 57760-000 - Chã Preta/AL
CNPJ: 12.334.629/0001-57

demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

33.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

33.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

33.7. Para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

33.8. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

33.9. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

33.10. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

33.11. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

33.12. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

33.13. É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.

33.14. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

33.15. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei n. 14.133/2021. (IN05/17 - art. 62)

33.16. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso. (art. 47, §2º, IN05/2017)

33.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.



33.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

33.19. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

34. FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

34.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

34.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

34.3. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

34.4. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

34.4.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

34.4.2. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

34.4.3. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

34.4.4. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

34.4.5. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

34.4.6. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):

34.4.7. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

34.4.8. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

34.4.9. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

34.4.10. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

34.4.11. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

34.4.12. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA
Rua Dr. Chico Teixeira, 115 - Centro - CEP: 57760-000 - Chã Preta/AL
CNPJ: 12.334.629/0001-57

contratante;

34.4.13. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

34.4.14. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

34.4.15. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

34.4.16. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

34.4.17. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

34.4.18. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

34.4.19. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

34.4.20. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

34.4.21. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

34.4.22. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 34.4 acima deverão ser apresentados.

34.4.23. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 35.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

34.4.25. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

34.4.26. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

34.4.27. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

34.4.28. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

34.4.29. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Civis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

34.4.30. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

34.4.31. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão



oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

34.4.32. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.

34.4.33. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

34.4.34. A Administração contratante poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

34.4.35. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

34.4.36. Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

34.4.37. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

34.4.38. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.

34.4.39. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

34.4.40. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

34.4.41. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

34.4.42. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

34.4.43. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

35. GESTOR DO CONTRATO

35.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA
Rua Dr. Chico Teixeira, 115 - Centro - CEP: 57760-000 - Chã Preta/AL
CNPJ: 12.334.629/0001-57

35.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

35.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

35.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

35.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

35.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

35.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Eliana Maria de Souza Calisto
Secretária Municipal de Saúde e Gestora do SUS
Portaria nº 0606-001/2024



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA
Rua Dr. Chico Teixeira, 115 - Centro - CEP: 57760-000 - Chã Preta/AL
CNPJ: 12.334.629/0001-57

ANEXO II – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO PREFEITURA MUNICIPAL DE
CHÃ PRETA /AL ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº.....

O(A) (órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços), com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº , neste ato representado(a) pelo(a)(cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 200..., publicada no de de de , considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/200..., publicada no de/...../20 , processo administrativo n.º, RESOLVE

registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133/2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO.

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo do edital de Pregão nº /20, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM DO TR FORNECEDOR (RAZÃO SOCIAL, CNPJ/MF, ENDEREÇO, CONTATOS, REPRESENTANTES)

X

ESPECIFICAÇÃO MARCA (SE EXIGIDA NO EDITAL) MODELO (SE EXIGIDO NO EDITAL)

UNIDADE

QUANTIDADE

VALOR UNIT. PRAZO GARANTIA OU VALIDADE

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S).

3.1. O órgão gerenciador será o (nome do órgão);

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:



ITEM	ORGÃO	UNIIDADE	QUANTIDADE
------	-------	----------	------------

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

4.1. será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, dentro dos parâmetros estabelecidos na legislação.

5. VALIDADE DA ATA.

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir do(a), não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO.

6.1. Caso seja necessário a administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá.

6.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

6.5.2. Os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo,



alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados.

6.9.1. Por razão de interesse público; ou

6.9.2. A pedido do fornecedor.

7. DAS PENALIDADES.

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS.

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo previsto na Lei 14.133/2021;

8.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto nº 7.892, de 2014.

9. DA FISCALIZAÇÃO ATA DE REGISTRO

9.1. A fiscalização da ARP será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração.

9.2. O representante do ÓRGÃO GERENCIADOR deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato/ARP.

9.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da FORNECEDORA REGISTRADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do ÓRGÃO GERENCIADOR ou de seus agentes e prepostos.



9.4. O fiscal da ARP anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da ARP, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis

10.DO REAJUSTE CONTRATUAL

10.1 Considerando determinação emanada pela Procuradoria Geral do Município de Chã Preta/AL em Parecer Jurídico, passa a constar nesta Ata de Registro de Preços, a seguinte previsão que será afeta ao contrato que porventura for firmado:

a) O contrato a ser firmado deverá ser reajustado a cada 12 (doze) meses, contados, consoante determinação da Lei 14.133/2021, desde a data prevista para apresentação da proposta, até a data do adimplemento de cada parcela, adotando-se, para tanto, a variação positiva do índice IGP-M/FGV, ou, na sua falta, pelo índice da inflação do período, medido pela Fundação Getúlio Vargas ou outro ajustado em comum acordo entre as partes.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em () vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data Assinatura

Representante legal do órgão gerenciador

Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s).



ANEXO III - TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº /, QUE FAZEM
ENTRE SI O(A)..... E A EMPRESA

O XXXXXXXXXXXXXXXX, com Sede Administrativa na xxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito no CNPJ sob nº xxxxxxxxxxx-xxxxx, neste ato representado pelo Prefeito do Município, xxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF sob nºxxxxxxxx, residente e domiciliado nesta Cidade, em sequência denominada simplesmente Órgão Gerenciador e a pessoa jurídica XXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob n.º XXXXXXXXXXXX, com sede XXXXXXXXXXXX, neste ato, representada pelo Sr. XXXXXXXXXXXXXXXX, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) da Cédula de identidade RG nº XXXXXXXX – SSP/XX, inscrito(a) no CPF/MF sob n.º XXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado(a) na XXXXXXXXXXXXXXXX, e, daqui por diante, denominada simplesmente Fornecedor Registrada, tendo em vista o que consta no Processo nº XXXXXXXXX, e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº xxxxxx, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto.

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR
------	---------------------------	-------------------	------------	-------

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.

2.1. O prazo de vigência do contrato será de xxxxxxxx, a partir da data da assinatura do instrumento, nos termos da Lei 14.133.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ ().

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20xx, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho: Elemento de Despesa: PI:



5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO.

5.1. O prazo para pagamento **será de até 30 (trinta) dias**, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.

5.2. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA.

5.2.1. O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.4. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

5.5. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

5.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE.

6.1. O presente contrato deverá ser reajustado a cada 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, adotando-se, para tanto, a variação positiva do índice IGP-M/FGV, ou, na sua falta, pelo índice da inflação do período, medido pela Fundação Getúlio Vargas ou outro ajustado em comum acordo entre as partes.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

9. CLAÚSULA NONA – FISCALIZAÇÃO.

9.1. A fiscalização do presente Contrato será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração.

9.2 O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

9.3 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus



agentes e prepostos, de conformidade com a Lei 14.133.

9.4 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA além das previstas no Edital e Termo de Referência são:

a) Incumbe à CONTRATADA:

I - iniciar o fornecimento dos insumos para o CONTRATANTE logo após a assinatura do contrato e em consonância com a ordem de fornecimento;;

II - discriminar nas Notas Fiscais/Faturas o tipo do produto/serviço fornecido de modo idêntico ao apresentado na Cotação de Preços e na Proposta de Preços;

III – fornecer produtos/serviços de boa qualidade, em conformidade com as exigências estabelecidas pela legislação pertinente;

IV – atender prontamente quaisquer exigências do representante da Administração Municipal;

V – manter, durante toda a execução do Contrato, as mesmas condições de habilitação;

VI - responder por todos os ônus com salários e encargos sociais e legais, impostos e seguros relativos aos seus empregados;

VII - **não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações deste contrato, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;**

IX – assumir responsabilidade pelos danos causados em bens de propriedade do CONTRATANTE, ou de terceiros, por ação ou omissão, na execução do objeto do contrato, isentando o CONTRATANTE de todas e quaisquer reclamações cíveis ou trabalhistas que possam surgir

b) incumbe à CONTRATANTE:

a) Liquidar os documentos de cobrança, conforme o prazo previsto no edital;

b) Publicar extrato do Contrato, na forma da Lei;

c) Dar o devido recebimento das faturas das etapas executadas, através de sua unidade responsável ou comissão de recebimento, após a devida análise e aprovação prévia;

e) Designar um representante competente do CONTRATADO, para servir de elo entre as partes, bem como para fazer os devidos apontamentos, acompanhamentos e fiscalização das locações, como, também, para as conferências e recebimentos.

f) Fornecer à CONTRATADA, todos os dados e elementos que não constam do Termo de Referência, necessários à perfeita execução do contrato;

g) aplicar as penalidades regulamentares e contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1. As sanções referentes à não execução do contrato, a lém das previstas no Termo de Referência e Edital, são:

11.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que, no decorrer da contratação:



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA
Rua Dr. Chico Teixeira, 115 - Centro - CEP: 57760-000 - Chã Preta/AL
CNPJ: 12.334.629/0001-57

- 11.2.1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;
- 11.2.2. Apresentar documentação falsa;
- 11.2.3. Comportar-se de modo inidôneo;
- 11.2.4. Cometer fraude fiscal;
- 11.2.5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital e no contrato.
- 11.3. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
 - b. Multa:
 - b.1. Moratória de até 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - b.2. Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.
 - c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de xxxxxxxxx, pelo prazo de até dois anos;
 - d. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos;
 - e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
- 11.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 11.5. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
 - 11.5.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
 - 11.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 11.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 11.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021
- 11.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 11.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Órgão, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.
 - 11.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



11.9. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO.

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas na Lei 14.133, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital; 12.1.2 Amigavelmente, nos termos da Lei 14.133;

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista na Lei 14.133;

12.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso.

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES.

13.1. É vedado à CONTRATADA:

13.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES.

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina da Lei 14.133;

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei 14.133; e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO.

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei 14.133;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA
Rua Dr. Chico Teixeira, 115 - Centro - CEP: 57760-000 - Chã Preta/AL
CNPJ: 12.334.629/0001-57

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO.

17.1. É eleito o Foro de XXXXXXX para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme Lei 14.133;

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., de, de 20....

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1.

2.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA
Rua Dr. Chico Teixeira, 115 - Centro - CEP: 57760-000 - Chã Preta/AL
CNPJ: 12.334.629/0001-57

ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA

À

Prefeitura Municipal de XXXXXXXXXI

Pregão Eletrônico: XXX/XXXX

Processo: XXXXX.XXXXX-XXXXX/XXXXX

Razão Social da Empresa:

CNPJ:

Endereço:

Telefone: () Ramal:

Fax:

Celular:

E-mail:

Banco: XXXX Agência: XXXXX C/C: XXXXX

ITEM	OBJETO	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VALOR UNT	VALOR TOTAL
X	XXXXXXX	XXXXXXX	XXXXX XXX	R\$	R\$	
VALOR TOTAL (QUANDO FOR O CASO) R\$						

O prazo de validade da proposta de preços de preços é de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados da data da abertura da licitação.

O prazo de entrega será conforme discriminado no Termo de Referência.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, frete, tributos, taxa de administração, despesas com salários, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como leis sociais, leis trabalhistas, seguros, taxas e contribuições, transporte, alimentação, e demais despesas obrigatórias, transporte e seguro até o destino, lucro e demais encargos de qualquer natureza necessários ao cumprimento integral do objeto deste certame, nada mais sendo válido pleitear a esse título.

Dentre as recomendações voltadas para sustentabilidade ambiental, a presente proposta observará os seguintes critérios elencados na Instrução Normativa nº 1 de 19 de janeiro de 2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e no art. 4º do Decreto nº 7.746/2012.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a entregá-lo no prazo determinado no documento de convocação, assim, depois de cumpridas nossas obrigações, e para fins de posterior pagamento, fornecemos os seguintes dados:

Dados da Empresa:

Razão Social; CNPJ/MF;

Endereço;

Cidade/UF;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA
Rua Dr. Chico Teixeira, 115 - Centro - CEP: 57760-000 - Chã Preta/AL
CNPJ: 12.334.629/0001-57

CEP;

Tel./Fax; E-mail;

Banco/Agência;

Conta.

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura da Ata:

Nome; Endereço; CEP;

Cidade/UF; CPF/MF;

RG/Órgão Expedidor; Telefone

E-mail.

Assinatura REPRESENTANTE LEGAL



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ PRETA
Rua Dr. Chico Teixeira, 115 - Centro - CEP: 57760-000 - Chã Preta/AL
CNPJ: 12.334.629/0001-57

ANEXO V – MODELO DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

Processo nº XXXXXXXXXXXXXXXX Ref. Pregão: XXX/XXXX

Assunto: Aquisição de XXXXXXXX Presado (a) Senhor (a),

Em decorrência do Processo Licitatório XXX/XXXX, Modalidade Pregão Eletrônico Nº XX/2020 para AQUISIÇÃO DE XXXXXX, tipo MAIOR DESCONTO, no qual essa empresa foi adjudicada como vencedora, remetemos, em anexo, a(s) Nota(s) de Empenho nº, e, na forma da Lei 14.133, que faculta a substituição do Contrato por outro instrumento hábil, estamos encaminhando o presente documento, relativo à aquisição em epígrafe.

Consoante Edital Convocatório, e detalhado na proposta de V.Sa., a entrega do(s) material(ais) deverá ser efetuada no prazo de até XX (XXXXXXX) dias, a partir da data do recebimento desta e da Nota de Empenho.

Para controle de V.Sa., informamos ainda que, pela legislação vigente, caso ocorra atraso na entrega de qualquer dos itens de fornecimento, a licitante vencedora estará sujeita, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, ao pagamento de multa de mora de XX% (XXXX por cento) ao dia, por atraso injustificado na execução do conteúdo da Autorização de Fornecimento, calculada sobre o valor do material não fornecido, até o limite de XX (XXXXX) dias, a ser recolhida no prazo de XX (XXXXX) dias corridos contados da comunicação oficial.

Na hipótese de a multa atingir o percentual de XX% (XXX por cento) sobre o valor do fornecimento, a Administração Pública do Município de XXXXXXXX, poderá proceder a rescisão unilateral deste instrumento, hipótese em que o FORNECEDOR também se sujeitará às sanções administrativas previstas no Edital e no Estatuto das Licitações.

Informamos ainda a V.Sa., que a inobservância aos prazos e obrigações estipulados no Edital do Pregão Eletrônico nº XX/XXXX implicará as penalidades previstas na Lei 14.133;

Finalmente, informamos que a contratação deverá ser cumprida em estrita observância à Lei nº da Lei 14.133; e suas alterações, devendo V.Sa. a pôr o "De acordo", na cópia deste expediente, o qual deverá ser devolvido a esta Administração, para providências, por meio de e-mail no endereço XXXXXXXXXXX@xxxxxxx.com.

Atenciosamente,

Autoridade Competente

De acordo

Em:/...../.....

Representante Legal da Empresa